



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS
SOCIAIS

Departamento de Ciência Política e Administração Pública

Mestrado em Governação e Administração Pública

A importância do Diálogo no Processo de Pacificação e Reconciliação em Governação Política: caso de Moçambique (1992-2013)

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos para obtenção de grau de Mestre em Governação e Administração Pública pela Universidade Eduardo Mondlane

Autor: Mateus Simon Seven Zengeni

Maputo, 2014

A importância do Diálogo no Processo de Pacificação e Reconciliação em Governação Política: caso de Moçambique (1992-2013)

Trabalho de conclusão do curso de Mestrado em Governação e Administração Pública apresentado a Faculdade de Letras e Ciências Sociais na Universidade Eduardo Mondlane, como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre

Orientador: Prof. Doutor Hilário Cau

Maputo, Outubro de 2014

COMITÉ DO JÚRI

Presidente: Prof. Doutor Cláudio Mungoi , Universidade Eduardo Mondlane

Examinador: Prof. Doutor Salvador Forquilha, Universidade Eduardo Mondlane

Supervisor: Prof. Doutor Hilário Cau, Instituto Superior de Relações Internacionais

Autor: Mateus Simon Seven Zengeni

Supervisor: Prof. Doutor: Hilário Cau

Maputo: 2014

O Júri			
O presidente	O Supervisor	O Oponente	Data
_____	_____	_____	____/____/____

DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Eu, Mateus Simon Seven Zengeni, declaro, por minha honra, que o presente trabalho é da minha autoria e que nunca foi apresentado para qualquer avaliação ou obtenção de qualquer grau acadêmico. As fontes se encontram devidamente mencionadas nas referências bibliográficas.

Mateus Simon Seven Zengeni

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Simon Seven e Elisabeth Mundavazi (em memória), que sempre sofreram no decurso da minha adolescência até ao ponto de me tornar um Mestre. A minha dedicatória é extensiva aos meus filhos, Júlia, Simon, Gavin, Kevin, Elisa, Joyline e aos meus sobrinhos, Elisabeth, Sunilda, Simon, Alva e Chengetai.

Agradecimentos

Um profundo apreço e reconhecimento vai para professor Doutor Hilário Cau, Supervisor do presente trabalho que tudo fez para a elaboração do mesmo.

Agradeço a todos docentes da UEM, particularmente os Professores Doutores: Macuane; Kulipossa; Psico; Mungoi; Siteo; Forquilha; Pereira, Dulce e Mestre Nguenha, pelas aulas e pelo apoio prestado ao longo do curso de Mestrado.

A Prof^a Dr^a Inês Raimundo, agradeço pelo apoio que deu ao longo da caminhada e que me permitiu terminar o curso.

Ao Mestre Calton Cadeado e Aguiar Mazula que puseram o seu tempo a minha disposição na reflexão e sugestão sobre “a importância do diálogo”, o tema em foco.

Os meus especiais agradecimentos vão para: Major- General Frazão, Major- General Jane, Brigadeiro Litamba, Brigadeiro Salazar, Comodoro Nitrogénio, Brigadeiro Manjate, Coronel Mandra, Coronel Ali, Coronel Tito, Coronel Dias, Coronel Zacarias, Coronel Alegria, Tenente-Coronel João, Coronel Miambo, Tenente-Coronel Sopa, Tenente-Coronel Langa, Tenente-Coronel Chiconela, Major Mujanda e Capitão Isaac.

À minha esposa Jane Thomas Zengeni, que representa todo universo para mim, pois é pilar da minha vida e me preenche totalmente como grande conselheira que assegurou os meus estudos, o meu Ndinotenda Chaizvo.

E aos meus irmãos, James, Peter, Jemusse, Elija, Ernesto, Joice, Maria, e Tendai, o meu obrigado.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

1. **AGP** - Acordo Geral de Paz
2. **ANC** - Congresso Nacional Africano
3. **CCM** - Conselho Cristão de Moçambique
4. **CICJC** - Centro Internacional de Conferência Joaquim Chissano
5. **CIO** - organização da Inteligência Central
6. **CNE** - Comissão Nacional de Eleições
7. **EUA** - Estados Unidos da América
8. **FADM** - Forças Armadas de Defesa de Moçambique
9. **FAM** - Forças Armadas de Moçambique
10. **FDC** - Fundo para Desenvolvimento da Comunidade
11. **FMI** - Fundo Monetário Internacional
12. **FPLM** - Forças Popular de Libertação de Moçambique
13. **FRELIMO** - Frente de Libertação de Moçambique
14. **IDH** - Índice de Desenvolvimento Humano
15. **MDM** - Movimento Democrático de Moçambique
16. **MNR** - Movimento Nacional da Resistência
17. **NMR** - Resistência Nacional Moçambicana
18. **OJM** - Organização da Juventude Moçambicana
19. **OMM** - Organização da Mulher Moçambicana
20. **OMS** - Organização Mundial da Saúde
21. **ONG** - Organização Não Governamental
22. **OUA** - Organização da Unidade Africana
23. **OSISA** - Open Society Initiative for Southern Africa
24. **PIB** - Produto Interno Bruto
25. **PNUD** - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
26. **RDA** - República democrática da Alemanha
27. **RENAMO** - Resistência Nacional Moçambicana
28. **STAE** - Secretariado Técnico Administrativo Eleitoral

29. **UNITA** - União Nacional par a Independência Total de Angola

30. **ZANLA** – Exercito de Libertação Africano do Zimbabwe

31. **ZANU** - União Nacional Africano do Zimbabwe

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA	V
AGRADECIMENTOS	VI
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	VII
ÍNDICE GERAL	IX
ÍNDICE DE TABELAS, GRAFICOS E MAPAS	XI
RESUMO	XII
CAPÍTULO I	1
INTRODUÇÃO	1
1.1 CONTEXTO	2
1.2 PROBLEMATIZAÇÃO	3
1.4 OBJECTIVO GERAL	5
1.4.1 <i>Objectivos específicos</i>	5
1.5 JUSTIFICATIVA	6
CAPÍTULO II	8
REVISÃO DA LITERATURA E DEFINIÇÃO DE CONCEITOS	8
2.1 BREVE HISTORIAL DA GUERRA PÓS INDEPENDÊNCIA	8
2.2 DIÁLOGO COMO INSTRUMENTO DA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	12
2.3 DIÁLOGO POLÍTICO PARA PACIFICAÇÃO NA GUERRA PÓS INDEPENDÊNCIA	16
2.4 DEFINIÇÃO DE CONCEITOS-CHAVE	21
2.4.1 <i>Diálogo</i>	21
2.4.2 <i>Diálogo social</i>	23
2.4.3 <i>Diálogo inter-religioso</i>	23
2.2.4 <i>Diálogo político</i>	24
2.4.5 <i>Diálogo democrático</i>	26
2.4.6 <i>Governança</i>	27
2.4.7 <i>Governança política</i>	28

2.4.8 <i>Pacificação</i>	28
2.4.9 <i>Reconciliação</i>	29
CAPÍTULO III.....	33
PROCEDIMENTO METODOLÓGICO	33
3.1 DIFICULDADES E LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	35
3.2 QUADRO TEÓRICO	35
3.2.1 <i>Teoria do Diálogo</i>	35
3.2.2 <i>Precursos da teoria do diálogo</i>	36
3.2.3 <i>Pressupostos da teoria do diálogo</i>	37
3.2.4 <i>Enquadramento da teoria do diálogo no contexto de Moçambique</i>	38
CAPÍTULO IV	41
APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS.....	41
4.1 ASPECTOS SÓCIO DEMOGRÁFICOS DE MOÇAMBIQUE.....	41
4.1 O DIÁLOGO NO PROCESSO DE PACIFICAÇÃO E DE RECONCILIAÇÃO PARA A GARANTIA DA PAZ EM MOÇAMBIQUE.	45
4.1.1 <i>As Falhas na implementação do AGP</i>	47
4.2 A INFLUÊNCIA DOS DIFERENTES TIPOS DO DIÁLOGO NO PROCESSO DA RECONCILIAÇÃO EM MOÇAMBIQUE.....	51
4.2.1- <i>Diálogo ao nível municipal</i>	54
4.2.2- <i>Diálogo político-social</i>	55
4.3 DIÁLOGO POLÍTICO NO CENTRO INTERNACIONAL DE CONFERÊNCIAS JOAQUIM CHISSANO.....	58
5- CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
6-RECOMENDAÇÕES	73
7-BIBLIOGRAFIA.....	74
APÊNDICES	79
LISTA DE ENTREVISTADOS	83
ANEXOS	84

ÍNDICE DE TABELAS, GRAFICOS E MAPAS

<i>Tabela 1: Medição dos objectivos de pesquisa</i>	Error! Bookmark not defined.
<i>Gráfico 1: Distribuição percentual da população e taxa de variação por província, (1997- 2007)</i>	43
<i>Mapa 1: Moçambique, suas províncias e capitais</i>	44

RESUMO

O diálogo tem constituído para Moçambique um instrumento importante para a manutenção da paz e a reconciliação Nacional, nos últimos 20 anos. Apesar de terem sido assinados os acordos Gerais de paz em Roma entre o Governo e a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), o país tem testemunhado tendências de retorno a guerra, que são causadas pela intolerância política entre as partes e a falta da cultura do diálogo permanente. O presente trabalho tem como tema A importância do Diálogo no Processo de Pacificação e Reconciliação em Governação Política: caso de Moçambique (1992-2013). O objectivo geral do trabalho foi de analisar a importância do diálogo no processo de pacificação e reconciliação em Moçambique. Como resultados da pesquisa, concluiu-se que existiram algumas falhas na implementação do AGP, principalmente no protocolo IV que fala sobre as questões militares onde a RENAMO queixa-se de ser injustiçada na parte respeitante aos efectivos das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), ao serem desmobilizados compulsivamente. Conclui-se ainda, que a criação de vários tipos e espaços de diálogo pode melhorar o ambiente de conflitualidade que o país enfrenta e, por fim, que para o diálogo no Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano traga resultados duradouros é necessário que as partes envolvidas se comprometam com a paz, o bem-estar social, a reconciliação Nacional e o espírito de tolerância política.

Palavras-chave: diálogo, pacificação, reconciliação governação política

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

Moçambique é um Estado que nasceu de batalhas sangrentas e longas jornadas de uma paz negociada, baseando-se na primazia pela negociação por via do diálogo, como forma de por fim ao colonialismo. Contudo, o colonialismo não permitiu a construção de um Estado moçambicano por via do diálogo. Em consequência disso, foram vividos dez anos de lutas, sangrentas e desgastantes, pela independência. Mesmo assim, o diálogo nunca deixou de ser uma opção política que foi fruto da assinatura dos acordos de Lusaka no dia 7 de Setembro de 1974.

Alcançada a independência em 1975, Moçambique viveu uma segunda guerra, que durou 16 anos, movida pela Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO), auxiliada pelos regimes minoritários de Ian Smith e do Apartheid. Nesta guerra, a opção pela solução foi a negociação que também constituiu um instrumento usado, através do qual, o diálogo se afirmou como a via primordial para o alcance da paz, que perdurou por mais de 20 anos (Vines, 1996).

Desde os finais de 2012, Moçambique tem vivido um ambiente de retorno a guerra entre a RENAMO e o governo, no qual têm se intensificado esforços de resolução pacífica, com recurso ao diálogo entre as partes no Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano. No entanto, a história de Moçambique mostra que apesar de, os conflitos serem intensos, sempre procura-se uma forma de resolução pacífica através do diálogo auxiliado por mediadores Nacionais e internacionais.

A presente Dissertação com título: **“A importância do Diálogo no Processo de Pacificação e Reconciliação em Governação Política: o caso de Moçambique (1992-2013)”** surge no âmbito da conclusão do curso de mestrado em governação e Administração Pública e contribui para a compreensão dos obstáculos que se verificam para a consolidação da paz e a democracia em Moçambique.

O trabalho é composto por quatro capítulos, sendo: o primeiro capítulo apresenta a introdução, o contexto, o problema onde se faz uma radiografia sobre as consequências da falta de

consensos em diálogos políticos em Moçambique, constam ainda as perguntas de pesquisa, o objectivo geral, específicos e justificativa.

O segundo capítulo é composto pela revisão da literatura, onde são abordados os aspectos ligados ao diálogo, a reconciliação e a manutenção da paz.

O terceiro capítulo ocupa-se pela metodologia onde são transcritas as fases da pesquisa, e as técnicas utilizadas para a colecta de dados, a tabela de medição dos objectivos, consta ainda neste capítulo o quadro teórico, onde são abordadas as teorias utilizadas no trabalho.

O quarto capítulo ocupa-se pela apresentação, análise e interpretação de dados, e, finalmente são apresentadas as considerações finais, as recomendações e os anexos da pesquisa.

1.1 Contexto

A pesquisa tem como foco o diálogo na história de governação política em Moçambique: o processo de descolonização face à resistência de Portugal e a existência de regimes hostis na região de África Austral; a mudança de estatuto político da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) para partido político dirigente do Estado, sob orientação socialista; o clima de instabilidade que se seguiu à proclamação da independência; o fim da Guerra Fria e o processo de governação em Moçambique após a assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP).

No entanto, a ênfase deste trabalho incide sobre o diálogo no processo de pacificação e reconciliação que ocorreu no período de 1992-2013. Nesta altura, o diálogo constituiu um marco no processo de governação política que contribuiu para manter a paz, segurança e estabilidade política. Além disso, o diálogo também serviu para o desenvolvimento de acções de reconciliação.

Com efeito, foram criados diversos espaços políticos de diálogo democrático como a Assembleia da República e outros. Nos momentos de tensão política como os que aconteceram nos processos eleitorais, desde 1994 até 2013, o diálogo sempre foi importante na pacificação e na reconciliação. Em 2001, mesmo diante de violência política em Montepuez e em

Mocimboa da Praia 2005¹, o diálogo serviu de instrumento principal na governação que pretendia, a todo o custo, evitar o retorno à guerra. Por esse motivo, Moçambique foi apreciado internacionalmente como um caso de sucesso de transição da guerra para a paz.

Assim, o ponto de partida desta dissertação é o reconhecimento que se atribui ao diálogo como um instrumento eficaz no alcance de soluções que satisfaçam a determinadas partes que se encontrem em conflito. Exemplo disso é o inegável facto de que nos 20 anos de experiência de paz que Moçambique tem, o retorno às armas não ter passado de uma simples possibilidade, em resultado dos esforços do diálogo que foram desencadeados até 2013.

Com efeito, em 1974, foram assinados os Acordos de Lusaka, que colocaram o fim dos 10 anos da luta de libertação nacional entre a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e o governo de Lisboa. Este acordo conferiu o poder a FRELIMO, o que não agradou os portugueses em Moçambique que ambicionavam governar tal como Smith na Rodésia. Este grupo, apanhado de surpresa pelo acordo, criaram no mesmo dia 7 de Setembro de 1974 em que se assinara os Acordos de Lusaka o movimento de Moçambique livre com o objectivo de contestar e impedir que a FRELIMO assumisse o poder (Oliveira, 2006:23).

Os acordos de Lusaka assinados entre o Governo de Moçambique e o colonialismo português constituíram o fruto de diálogo, depois da vitória alcançada pelos combatentes da luta de libertação Nacional sobre o colonialismo português na luta de libertação Nacional, que durou cerca de 10 anos.

1.2 Problematização

Os factores propiciadores do conflito violento em Moçambique têm raízes históricas profundas, estando directamente ligadas com o processo de criação do Estado e da economia do país desde os finais do século XX. O carácter centralizado ao Estado moçambicano e o maior acesso aos recursos de poder por parte duma elite, acompanhada de uma clivagem

¹ A morte dos membros da RENAMO nas celas da PRM em Montepuez, na província de Cabo Delgado, por causa das manifestações de contestação dos Resultados eleitorais.

marcada entre o ambiente rural e Urbano, alimenta sentimentos políticos de insatisfação que se expressa pelo conflito entre o governo e a RENAMO desde a proclamação da Independência em 1975 (Brito, et al 2003).

Em Moçambique a falta de consensos em diálogos políticos entre o governo e o movimento RENAMO trouxe consequências drásticas ao país, ora vejamos, durante a guerra civil que durou 16 anos, foram registados cerca de 1 Milhão de mortos. 454.000 Crianças de idade inferior aos 15 anos mortas entre 1981 e 1988 (45% das vítimas), 23% de crianças entre os feridos registados nas unidades sanitárias, 7.000 crianças deficientes devido às minas entre 1980 e 1993. 50.000 Pessoas amputadas, das quais 7.000 foram crianças e mulheres (FDC e OMS, 1997).

O relatório do FDC e OMS (1997) afirma ainda que durante a guerra civil, acima de 250.000 crianças ficaram órfãos e não acompanhadas. As crianças foram submetidas a repetidas experiências traumáticas: ameaças de morte, terror, agressões, processos sistemáticos de desumanização, fome, sede, malnutrição, exploração pelo trabalho, abuso sexual, envolvimento em actos militares. Ainda nesse período houve registo de cerca de 4.5 milhões de deslocados internos, Mais de 1.5 milhões de refugiados no exterior, Acima de USD 7 bilhões de prejuízos para a economia nacional, Mais de metade da rede rodoviária destruída ou inviabilizada, Mais de 50% das unidades sanitárias destruídas, Mais de 1.800 escolas destruídas.

Ainda na mesma linha de reflexão Mosca (2005) e Minter (1989) afirmam que por falta de diálogo e reconciliação nacional, em poucos anos de acção da RENAMO, o conflito estendeu-se por todo o país, protagonizando uma história dramática de violência, por exemplo entre 1983 e 1987 a rede escolar e de saúde foram destruídas em cerca de 45% e 86% respectivamente. No fim dos anos 80 o corredor da Beira, uma das mais importantes fontes de receita do país, operava em apenas 40% da sua capacidade; nos anos de maior seca entre (1981 e 1983) morreram cerca de 100 mil pessoas por não poderem receber ajuda alimentar.

Estas situações tiveram espaço por falta de diálogo entre o governo e a RENAMO logo no princípio do conflito que os opõe desde a guerra civil até aos nossos dias e, que se verificou

numa segunda ocasião com a demora no alcance de consensos no diálogo que teve lugar no Centro de Conferências Joaquim Chissano em Maputo. Esta situação condicionou a movimentação de pessoas e bens em algumas regiões do país principalmente no troço da estrada Nacional que liga o rio Save e o posto administrativo de Muxúngue na província de Sofala.

Apesar de o diálogo ter constituído uma ferramenta primordial na governação política que garantiu a paz e a reconciliação, em 2013, Moçambique registou um retorno à guerra. Este é considerado uma mancha no processo de governação política democrática internacionalmente apreciada, bem como a qualidade do diálogo no processo de governação democrática em Moçambique.

Portanto, o retorno a guerra mostra que apesar de existirem espaços de diálogo político institucionalizado, isto por si só, não garante a manutenção da paz, nem garante a reconciliação do país. Além disso, o diálogo serviu de ferramenta de governação política para manter a paz por mais de 20 anos, mas ainda não se mostrou suficiente para assegurar a tão almejada reconciliação nacional. Face a estas constatações colocam-se as perguntas desta pesquisa:

Em que medida o Diálogo constitui o instrumento importante na Pacificação e Reconciliação em Governação Política de Moçambique?

1.4 Objectivo geral

- Analisar a importância do diálogo no processo de pacificação e de reconciliação em Moçambique no período de 1992-2013.

1.4.1 Objectivos específicos

- Descrever o papel do diálogo no processo de pacificação e de Reconciliação para a garantia da estabilidade política;
- Avaliar a influência dos diferentes tipos do diálogo no processo da Reconciliação em Moçambique; e

- Analisar em que medida o diálogo Político no Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano pode alcançar consensos duradouros.

Questões de Pesquisa:

- Até que ponto o diálogo pode promover a pacificação e Reconciliação em Moçambique?

Hipóteses

- O diálogo pode influenciar o nível de estabilidade política dum país;
- O sucesso do diálogo na resolução pacífica em governação depende da existência de uma estrutura institucionalizada de monitoria e avaliação;
- Um maior compromisso do Governo e da Renamo com o AGP pode ajudar na consolidação da paz e democracia no país.

1.5 Justificativa

Estudar a “importância do Diálogo no Processo de Pacificação e Reconciliação em Governação Política: o caso de Moçambique (1992-2013) ” é pertinente do ponto de vista sociopolítico porque vai ajudar a compreender o estágio actual do país em termos de existência de espaços de diálogo e reconciliação Nacional. O tema surge da necessidade de aprofundar a análise do retorno à guerra em 2013 no país, envolvendo o governo e a RENAMO, colocando-se como alternativa ao retorno à paz, a condução dum diálogo efectivo entre as partes conflitantes.

Espera-se que com o tema possa se viabilizar o diálogo construtivo e a negociação dos conflitos em Moçambique, visando a criação de relações confortáveis na convivência entre a RENAMO e o Governo, constituindo uma alternativa democrática para prevenir situações em torno dos diversos tipos de violência que têm caracterizado o país nos últimos 20 anos.

Este estudo é igualmente importante para mostrar que a governação política e democrática é um processo de gestão de conflitos, principalmente através do diálogo. Em termos

académicos, o tema é pertinente, pois são escassos trabalhos científicos realizados por moçambicanos que versam especificamente sobre a importância do diálogo no processo de governação política centrado na prevenção e na gestão de conflitos.

Na arena social, espera-se que o tema venha impulsionar que a resolução dos conflitos em Moçambique seja por via pacífica com recurso ao diálogo permanente, estimulando deste modo a livre circulação das pessoas e bens em todo território Nacional, sem precedentes e o consequente combate a pobreza através da realização de diversas actividades de rendimento.

A presente dissertação incide sobre Moçambique entre os anos de 1992- 2013. Escolheu-se o ano de 1992 por ser nesta altura, em que Moçambique alcançou a paz por via de um longo processo de diálogo em Roma (1990-1992). Por outro lado escolheu-se o ano de 2013 por ser o ano em que se intensificou o desentendimento entre o governo e a RENAMO, causando mortes em algumas regiões do país, principalmente no troço muxúngue-save na província de Sofala.

Além disso, de 1992 a 2013, o diálogo tem constituído uma marca predominante na governação política quer do partido dirigente do Estado, FRELIMO, quer dos partidos da oposição, apesar de, a RENAMO conservar um poderio bélico. Entretanto, serão igualmente abrangidos alguns acontecimentos dos anos anteriores a este período (1992-2013), como forma de dar uma visão clara sobre o processo de diálogo na governação que conduziu à assinatura dos Acordos de Roma, a 4 de Outubro de 1992.

CAPÍTULO II

REVISÃO DA LITERATURA E DEFINIÇÃO DE CONCEITOS

2.1 Breve historial da Guerra pós independência

Segundo Abrahamsson e Nilsson (1994), a génese da guerra pós independência reside no período da guerra de libertação da FRELIMO contra a dominação colonial. Nessa altura, surgiram contradições entre o governo central de Lisboa e os portugueses que se encontravam em Moçambique. As contradições tinham a ver com a disputa de poder sobre o controle do território e das riquezas de Moçambique.

Os portugueses residentes em Moçambique já não queriam mais depender do governo de Lisboa. Estes ambicionavam obter uma independência unilateral, à semelhança do que aconteceu, em 1965, na Rodésia, sob liderança de Ian Smith. Isto significa que em ambos os países havia um grupo relativamente grande de europeus, que anseavam cada vez mais por uma independência “própria”, isto é uma libertação do poder colonial sem que fosse introduzido um regime de maioria negra. Assim, Abrahamsson e Nilsson (1994) apresentam os primeiros passos dos acontecimentos que deram origem a guerra de desestabilização em Moçambique cuja génese está no ano de 1974.

Neste contexto, em 1974 a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e o Governo de Lisboa, assinaram os Acordos de Lusaka, que pôs término os 10 anos da guerra, conferindo assim o poder a FRELIMO, o que não agradou os portugueses residentes em Moçambique, que ambicionavam uma independência unilateral tal como Smith na Rodésia. Este grupo, apanhado de surpresa pelo acordo, criaram, no mesmo dia 7 de Setembro de 1974 em que se assinara os Acordos de Lusaka o movimento de Moçambique livre com o objectivo de contestar e impedir que a FRELIMO assumisse o poder (Oliveira, 2006).

Este grupo era constituído por uma elite económica, veteranos da luta armada, do governo colonial, e alguns Moçambicanos que não estavam a favor da independência sob liderança da FRELIMO, pois em caso de independência temiam que a FRELIMO pusesse em causa, todos os seus ganhos económicos (*Ibid*).

Através do Movimento Moçambique Livre, os opositores da liderança da FRELIMO no estado independente desencadearam uma onda de violência contra todos os que apoiavam a assinatura dos Acordos de Lusaka, inclusive os que eram do governo colonial. A violência foi mais forte na cidade da Beira e em Lourenço Marques (actual Maputo). (Abrahamsson e Nilsson, 1994)

A violência na cidade da Beira explica-se porque a partir do fracasso da “Operação Nó Górdio” (1971), os milionários portugueses começaram a criar os seus exércitos especiais sem o consentimento do governo central de Lisboa. Mesmo a contra-gosto, o governo central em Lisboa aceitou os exércitos privados como forma de proteger os seus negócios e defender-se da ameaça representada pela FRELIMO, que estava a ganhar muito espaço no campo político e na batalha (*Ibid*).

Por seu turno, a violência foi desencadeada em Lourenço Marques porque o grande Guerreiro, diplomata, político e empresário por vontade própria, que era o mais notório político dos colonos de Moçambique, Jorge Jardim, fundou o movimento Moçambique Livre. Deste modo, este movimento reivindicava o direito de independência unilateral e acreditava que tinha capacidade de derrotar a FRELIMO e proclamar a sua própria independência.

Segundo Oliveira (2006: 22), o movimento protagonizou dias terríveis e de ódio que abalaram a então bucólica Lourenço Marques, que ficou agitada por este punhado de gente, pondo a urbe a ferro e fogo, trazendo a reacção da população negra, culminando tal façanha com centenas de mortes, moradias e carros calcinados. Esta situação criou uma sensação de pânico e de desconfiança que foi factor determinante para a partida de muitos portugueses para Lisboa e, principalmente para a Rodésia e África do Sul.

Com efeito, foi assim que teve origem o movimento que desestabilizou Moçambique denominado na altura Movimento de Moçambique Livre e posteriormente tornou-se conhecido com a sigla da NMR, que significa *National Movement Resistance*, depois transformou-se em MNR, *Mozambique National Resistance* e, finalmente, RENAMO já na República da África do Sul. O MNR é uma criação da polícia secreta da Rodésia, a *Central Intelligence Organization* (CIO) na base da experiência de combate que o exercito Britânico

tinha do contra guerrilha (Mau Mau), no Quénia e também da Malásia e de Chipre² (Pavia 2000).

De acordo com Pavia (2000:22), em Setembro de 1976, os serviços secretos rodesianos, sob a liderança de Ken Flower, organizaram o primeiro campo de treino militar para o MNR na cidade fronteiriça de Umtal³. Os primeiros recrutados do MNR eram, na verdade, uma mistura de portugueses moçambicanos, negros dissidentes da FRELIMO, veteranos do exército colonial que fugiram para a Rodésia depois da independência, homens de negócio da classe média e régulos (chefes tradicionais) (Ibid:22).

Isto quer dizer que, a génese da guerra está ligada a grupos treinados e equipados com objectivo de defender os interesses de portugueses descontentes com o rumo assumido para a independência de Moçambique e Rodésia, que queriam garantir a sua permanência no poder perante a ameaça do avanço dos nacionalistas que contestavam a declaração unilateral da independência. O movimento que assumiu diferentes designações servia de para-choque para o avanço das forças do *Zimbabwe African National Union* (ZANU) que lutavam pela conquista da sua independência contra a dominação colonial Rodesiana⁴. Após a independência de Moçambique, em 1975, a ZANU tinha autorização total para entrar no território Moçambicano e organizar a sua guerrilha contra a Rodésia de Ian Smith. Uma das principais contra-medidas dos serviços secretos rodesianos foi desenvolver e coordenar as suas pseudo-unidades e transformá-las numa unidade maior. Neste trabalho os Rodesianos foram ajudados por Portugueses e antigos comandos do exército Português e da polícia secreta e muitos deles haviam fugido de Moçambique para a Rodésia quando a FRELIMO assumiu o poder (Abrahamson e Nilsson, 1994).

² Especialmente no Quénia desenvolveu-se um sistema com as chamadas pseudo-unidades de combates. Elas eram formadas por Quenianos recrutados localmente sob gestão britânica. Tal como o nome indica, eram unidades militares, que se pensava serem outra coisa diferente do que realmente eram. Na realidade, eram unidades do exército colonial e do serviço secreto recrutados localmente, que deviam, tanto quanto possível, assemelhar-se a grupos Mau Mau.

³ Actual cidade de Mutare, que dista a 12km da fronteira de Moçambique

⁴ O seu trabalho de reconhecimento no sentido de localizar as bases do *Zimbabwe African National Liberation Army* (ZANLA), no interior de Moçambique não havia de ter problema, por se tratar de pessoas de domínio da língua falada em Moçambique.

Segundo o autor acima citado, a atitude da Rodésia explica-se pelo facto de na década de 1970 a FRELIMO iniciou uma cooperação com a ZANU. Nesse período, os guerrilheiros da ZANU tinham bases em áreas de Moçambique e estavam controlados pela FRELIMO. Estas eram zonas fronteiriças com a então Rodésia, o que facilitava as operações da ZANU em solo rodesiano. À medida que a incapacidade Portuguesa de combater a FRELIMO se tornava mais clara, os militares e os serviços secretos rodesianos começaram a agir de forma autónoma dentro de Moçambique, na sua caça aos soldados da ZANU e a seus simpatizantes que eram da FRELIMO.

Pavia (2000:21) afirma que “a FRELIMO com base nos seus ideais internacionalistas iniciou uma rota de colisão, quando no dia 3 de Março de 1976 decidiu fechar as fronteiras com a Rodésia com objectivo de aplicar as sanções internacionais que estavam em vigor contra o regime rodesiano. Em Junho do mesmo ano um novo grupo militar identificado pela sigla MNR começa difundir propaganda anti-comunista, pró-Rodésia através de uma estação de rádio baseada na Rodésia, conhecida pela voz de África livre”.

Segundo Pavia (2000), a FRELIMO acreditava que a libertação total e o desenvolvimento real só seriam possíveis se o país se libertasse da influência ocidental. Em segundo lugar o empenho da FRELIMO em solidarizar-se com os movimentos da África Austral, nomeadamente o *African National Congress* (ANC) na África do Sul e a ZANU) e o facto da mesma ter adoptado o sistema socialista constituíam uma ameaça ao sistema Capitalista e ao regime do *Apartheid*.

Portanto, a guerra começou muito antes de Moçambique alcançar a sua independência. Para além disso o movimento dos militares e serviços secretos que invadiam Moçambique no então tempo colonial, a procura dos guerrilheiros da FRELIMO e da ZANU, de forma autónoma, eram mais uma prova de que o movimento que liderou a guerra em Moçambique foi criado apenas para desestabilizar o Moçambique após a independência devido o apoio prestado a ZANU.

Rodrigues (2006), explica que a RENAMO somente em 1977, sob liderança de André Matsangaissa assumiu protagonismo na guerra. Antes desta data, a guerra era a manifestação do Movimento “África Livre” e dos rodesianos. Acima de tudo, a génese da guerra mostra que o diálogo não constituía a principal ferramenta política de pacificação e de reconciliação, principalmente dos actores portugueses que tinham interesses económicos, de actores rodesianos e sul-africanos que também tinham interesses económicos e políticos antagónicos aos do novo estado independente, sob liderança da FRELIMO.

2.2 Diálogo como instrumento da resolução de conflitos

Vários autores têm desenvolvido concepções sobre o diálogo, pacificação e reconciliação como mecanismos importantes para alcançar a paz as sociedades que passaram por conflitos violentos como, por exemplo, guerras. Os autores procuram desenvolver estes conceitos com o objectivo central de prevenir o ressurgimento da violência.

Para Saunders (2003), *diálogo é um processo de interacção genuína, através do qual indivíduos numa sociedade escutam-se profundamente uns aos outros para alterar a percepção que se tem sobre o outro.*

Na senda destes autores, embora o diálogo não seja um processo de resolução de problemas, pode ser um método para a criação de uma base comum e um senso de conexão mais profunda entre os intervenientes. Este pode, desempenhar um papel importante no processo de paz, de conflitos políticos ou identificar entraves. Assim, o diálogo conduz a um novo relacionamento no qual os inimigos são desfeitos, se realiza a reconciliação e a mudança fundamental pode produzir relação de trabalho capaz de estabelecer um ambiente de paz no período pós-conflito.

Para Alatar, Smith e Umbreit (2005) entendem que o diálogo dá as pessoas a liberdade de explorar, aprender e criar novos sentidos de interacção propiciando um ambiente aberto, no qual as pessoas podem ouvir as experiências e perspectivas dos outros através de novas visões. Ao mesmo tempo é uma oportunidade de construir confiança, permitindo que sejam expressas

as incertezas e ambiguidades, criando um ponto de aproximação entre pessoas com diferentes pontos de vista.

Bohm (1996) também entende o diálogo como um processo. Neste sentido, o diálogo é um fluxo livre de significado entre todos participantes "Idem". Ainda Bohm, entende que no início, expressa-se posições fixas que se tende a defender, mas depois se torna claro que manter um sentimento de relacionamento no grupo é muito mais importante do que sustentar qualquer posição. Tal relacionamento tem uma qualidade impessoal, onde começa a desenvolver-se um significado comum que é constantemente transformado no processo do diálogo.

Este processo leva a uma comunhão de interesses de significado comum que é capaz de desenvolver mudanças constantes. Assim, o grupo começa a se engajar no novo relacionamento dinâmico, no qual nenhum interlocutor é excluído e os conteúdos são partilhados.

Por sua vez Smith e Umbreit, (2005:4), afirma que *“a paz, a justiça e a reconciliação podem ser tremendamente avançados por um diálogo aberto entre os membros de um determinado grupo.”* De acordo com estes autores, o diálogo pode aliviar a consciência dos membros de um determinado grupo e tornar - se uma válvula de segurança para a ventilação de frustrações dos membros de uma determinada sociedade.

Ao mesmo tempo, o autor defende que o diálogo pode ser configurado como uma alternativa a liderança, mas sem concessões feitas ao representante do grupo porque não é visto como sendo representante. Mesmo assim, Smith e Umbeit (2005) são defensores do diálogo e recomendam que na busca da verdade, evitar a manipulação do outro no acto do diálogo são directrizes fundamentais para se ter um diálogo bem-sucedido.

Para Kauffman (1988)⁵ citado por Alatar, Smith e Umbreit (2005: 6) o diálogo não é uma série de eventos isolados mas, uma actividade contínua e sustentada com agendas concretas de longo prazo, que devem assegurar as verdadeiras questões em jogo, que sejam realmente

⁵ E. Kauffman, (1988). "Um debate sobre o diálogo," *Journal of Palestine Studies* (Vol. 17, No 2)

tratadas. Para estes autores, as regras para o processo e para a dinâmica do diálogo devem ser estabelecidas por todo grupo e devem fornecer justa e ampla oportunidade para ambos lados ao tratar questões em preocupação.

Isto quer dizer que, o autor acima citado entende que construir relações baseadas na confiança é um pré-requisito importante para a ação conjunta, baseada não só no altruísmo e interesse próprio dos grupos, mas também na motivação para trabalhar juntos para uma sociedade. Esta construção de confiança é um meio entendimento entre as diversas pessoas embarcadas em conflitos, que exige profunda e compassiva escuta e uma atitude de não julgamento, ou pelo menos, a capacidade de suspender temporariamente o juízo sobre o outro.

O diálogo político segundo Esquith (1996), pode tomar a forma de avançar em objetivos comuns dentro de uma Nação, enquanto o diálogo democrático procura educar o poder dentro de uma sociedade. Essa educação deve continuar mesmo se legalmente constituído, ao mesmo tempo, este diálogo pode também pretender ensinar cidadãos como o poder opera dentro do quadro da democracia. Realça o autor, que a experiência de novas democracias sugere que os fundamentos políticos actuais são, pôr em prática o diálogo democrático para cidadãos se familiarizar com a forma do exercício do poder político, para que estes possam controlar de forma eficaz, dando maior interacção entre o poder e a participação.

Além disso, não existe também uma definição acabada sobre a reconciliação. Para Hamber e Der Merwe (1998) identificaram quatro definições possíveis sobre a reconciliação: uma de dissolução de identidades; outra baseada no entendimento intra-comunitário (que aposte na comunicação e no estabelecimento de pontes entre comunidades com diferentes culturas); uma terceira assente na ideologia religiosa (dar ênfase a confissão, a honestidade e perdão entre inimigos); e a última que encara a reconciliação como uma forma de construção da comunidade.

Esta abordagem encara os conflitos como uma rede de relações de interdependência anteriormente existentes nas comunidades ou no país, pelo que a reconciliação passaria por um processo de recuperação da confiança e de reconstrução de laços inter-pessoais e inter-grupais ao nível local.

Ferreira (2005:11) entende que existem mecanismos e factores psico-sociais que tenham grande influência sobre como e quando a reconciliação contribui efectivamente para a restauração da ordem social, embora os estudos sobre esta questão estejam pouco sistematizados. Neste contexto, a reconciliação é encarada como um processo de acomodação entre pessoas ou grupos anteriormente com perspectivas e interesses antagónicas.

Lederach (1997), preconizando a necessidade de uma reconciliação pró-activa, que se insira na dinâmica das relações de sistemas de conflitos de forma a criar novas percepções e novas experiências partilhadas entre os grupos em confronto. Só assim, segundo o autor, haverá uma transformação do conceito de conflito assente no pressuposto da paz como processo dinâmico e não-finito, em que os conflitos sociais não são nem fenómenos de curto prazo, nem podem ser eliminados permanentemente, mas antes devem ser alvo de uma transformação no sentido de melhorar a comunicação e compreensão mútua entre grupos sociais⁶.

Numa outra perspectiva, Ferreira (2005) entende que a reconciliação representa um processo contínuo que está no centro das actividades de construção da paz ou uma ferramenta para a transformação das dinâmicas negativas do conflito em dinâmicas positivas da paz.

Reconciliação é algo que está inserido dentro do conceito de reconstrução pós-conflito, uma vez que não constitui apenas a estruturas físicas mas, a reconstrução de seres humanos, da estrutura social, da cultura, do ambiente e de uma cultura de paz e respeito que conduza a uma coexistência pacífica (Ferreira, 2005:12).

Entretanto, alguns autores reconhecem que a reconciliação não é uma forma completa de promover a transformação ou resolução duradoura do conflito. Daí que o paradigma das necessidades humanas defendido por Ferreira (2005) indicam que o sentido de segurança e de identidade, de reconhecimento e de relações sociais com valor, estão interligados com o contexto e com as instituições sociais existentes. Isto quer dizer que se as necessidades básicas humanas estão a ser asseguradas por determinada instituição, realça o autor que, esta irá

⁶ Ibid

receber apoio, consolidar-se e perpetuar-se, de onde se pode perceber que a reconciliação nacional só pode se completar se a ordem política e social for entendida pela generalidade da população como legítima.

2.3 Diálogo político para pacificação na guerra pós independência

O diálogo para a pacificação em Moçambique começou na dimensão internacional e acabou na dimensão interna. Isto significa que o partido FRELIMO acreditava que a ameaça interna provinha do exterior, neste caso, da Rodésia. Entretanto, o diálogo para a pacificação não começou com a Rodésia porque existia uma guerra declarada devido ao apoio político e militar que Moçambique prestava aos movimentos de luta de libertação que combatiam o regime de Ian Smith (Pavia 2000).

O apoio político consistia no acolhimento de qualquer refugiado Zimbabwiano e criando acomodação. A Frelimo apoiava a luta do povo nas organizações internacionais, OUA e nas Nações Unidas o que contribuía para isolar cada vez mais o regime de Ian Smith. O apoio militar consistia na instalação de centros de treino e bases de desdobramento das forças de guerrilha zimbabueana a partir do solo moçambicano. Além disso, em 1976 Moçambique encerrou as fronteiras com a Rodésia com base nas sanções das Nações Unidas (Bouene 2005).

Esta atitude de Moçambique criou graves prejuízos para a economia da Rodésia que dependia muito do porto da Beira. Tudo isto enfureceu o governo de Ian Smith que só respondeu com base na guerra de agressão. Em resposta, Moçambique infiltrou inicialmente 500 guerrilheiros das FPLM que combateram no interior da Rodésia ao lado das forças da ZANLA. Desta forma, a liderança política da FRELIMO acreditava que a derrota de Ian Smith e a proclamação da independência do Zimbabwe seria o fim da RENAMO e da guerra em Moçambique. Portanto, para a FRELIMO não havia necessidade de dialogar com a RENAMO, pois consideravam bandidos armados, instrumentos da desestabilização e sem nenhuma agenda política própria.

Contudo, a independência do Zimbabwe em 1980 não trouxe a paz para Moçambique. Pelo contrário, a guerra continuou e com o patrocínio do regime de Apartheid que assumiu a

responsabilidade de sustentar a RENAMO. Neste contexto, a FRELIMO acreditava, mais uma vez, que a solução da guerra estava nos patrocinadores da guerra, desta vez o Apartheid que também desencadeava ataques militares contra Moçambique por causa do apoio que prestava aos movimentos de libertação. (Abrahamsson e Nilsson, 1994).

Nesta ordem de ideia, o governo de Moçambique sentiu-se obrigado a procurar apoios financeiros para resolver o problema. Primeiro Moçambique foi aos seus aliados, a URSS, Hungria, Bulgária e RDA, mas sem sucesso porque o país já acumulava uma dívida elevada de 1976 -1980 ligado a formação dos oficiais das forças armadas e de equipamento militar obtido na base de crédito que Moçambique já não conseguia pagar.

Em 1983, a FRELIMO realizou o 4º congresso que fez um profundo e intenso debate sobre a natureza da guerra e da crise económica e uma nova importância foi dada à agricultura em pequena escala e ao sector familiar. Este congresso foi um momento em que se iniciou uma nova orientação económica e diplomática que tentava minimizar o falhanço das políticas económicas socialistas. Este momento de reflexão revelava ao mesmo tempo uma estratégia inteligente ao aproximar o governo das áreas onde a RENAMO poderia encontrar apoio (Pavia, 2000).

De acordo com Pavia (2000) a FRELIMO procurava desacreditar a RENAMO quer a nível interno, quer a nível internacional. No campo internacional as boas relações do presidente Samora Machel com Mrs. Thatcher, que vinham do tempo em que Moçambique facilitou as negociações de Lancaster House, contribuíram para que os Britânicos fizessem pressão em Washington no sentido de os Americanos não apoiarem a RENAMO. Esta foi uma das razões que levaram a RENAMO não receber o mesmo tratamento em Washington que recebeu a UNITA EUA.

Segundo Pavia (2000), o FMI e o Banco Mundial usaram a fraca condição económica de Moçambique para pressionar o governo a fazer mudanças no sistema de governação e iniciar diálogo para a pacificação do país. Em resposta, o governo iniciou contactos com o Apartheid em vez da RENAMO, porque na visão da FRELIMO a RENAMO era um instrumento do Apartheid.

Segundo Vines (1996), em 1984 as autoridades moçambicanas reconheceram que a força rebelde da RENAMO não poderia ser derrotada apenas por meio militar e era necessário o envolvimento de Moçambique no diálogo com a Pretória conforme idealizava o presidente Samora. Isto serve de prova que a FRELIMO optava em manter diálogo com estrangeiros sem a participação directa da RENAMO.

Veloso (2006) diz que o diálogo com o Apartheid foi realizado por causa da necessidade de defender os interesses nacionais de Moçambique, pois o Apartheid já estava com intenções de invadir Moçambique para pressionar o governo a eliminar as bases do ANC. Por seu turno, Bouene (2005: 79) considera que “*a África do Sul, cansada da guerra da Angola, Lesotho e Zimbabwe e pressionada pelo peso dos problemas económicos, não descartou a possibilidade de negociar a paz com Moçambique*”. De qualquer forma, esta situação resultou no diálogo que culminou com o Acordo de Nkomati, em 1984.

O acordo de Nkomati foi um acordo de não-agressão e boa vizinhança entre o Governo da República Popular de Moçambique liderado pelo Marechal Samora Moisés Machel e o Governo da República da África do Sul sob liderança de Pieter Willem Botha, em 1984 com objectivo de parar que os seus territórios fossem usados como plataforma para ataques militares (Acordo de NKomati, 1984)

Neste sentido, o artigo três, número um do Acordo de Nkomati refere que “*as altas partes contratantes não permitirão que os respectivos territórios, águas territoriais ou espaço aéreo, sejam utilizados como base, ponto de sabotagem ou de qualquer outra forma por outro estado, governo, forças militares estrangeiras, organizações ou indivíduos que planeiam ou se preparam para levar a cabo actos de violência, terrorismo ou agressão contra a integridade territorial ou independência política da outra, ou que possam ameaçar a segurança dos seus habitantes*⁷”

Desta forma, os signatários do acordo de Nkomati, acordaram que, a África do Sul devia deixar de apoiar a RENAMO e Moçambique também devia deixar de apoiar o ANC, a partir

⁷Acordo de Nkomati, Republica Popular de Moçambique, 1984

do dia da assinatura do acordo de Nkomati, cessando totalmente as agressões militares directas do regime do apartheid à Moçambique, que era realmente o objectivo principal, crucial e vital.

Contudo, o acordo não mereceu o tratamento absoluto e adequado pelos quais foi assinado. A realidade no terreno demonstrou que cada parte continuou a agir por conta própria apoiando os seus aliados. A prova é que depois do acordo de Nkomati, os guerrilheiros da RENAMO prosseguiram com a guerra de desestabilização em Moçambique e com mais intensidade (Minter, 1989).

Apesar de ter parado as agressões militares directas, o Apartheid aumentou substancialmente o apoio militar e logístico à RENAMO que devia intensificar e diversificar suas acções violentas de desestabilização num processo contínuo, visando desalojar a FRELIMO do poder. Do seu lado, Moçambique reduziu de forma substancial as bases do ANC que se deslocaram para a República da Zâmbia como forma de honrar o compromisso assumido por este governo no acto da assinatura do acordo de Nkomati, mas ao contrário, Moçambique apoiou o boicote económico contra a África do Sul e as acções de sabotagem económica realizadas pelo ANC intensificaram e alastraram-se (Veloso, 2006).

A intensificação da guerra distanciou o governo da África do Sul e de Moçambique em termos de diálogo, pois o Apartheid tentou dar protagonismo a RENAMO e negar o seu envolvimento em Moçambique depois da assinatura do Acordo de Nkomati. Nessa situação o Apartheid propôs servir de mediador do conflito entre a RENAMO e o governo de Moçambique. Mas, o governo da FRELIMO rejeitou, pois não reconhecia a RENAMO como uma força política e insistia em dialogar apenas com os patrões da RENAMO (Mosca, 2005). Esta atitude da FRELIMO contribuiu para o prolongamento da guerra e dificultou a solução.

Entretanto, é preciso reconhecer que da parte da África do Sul não havia interesse absoluto que a RENAMO e o governo entrassem em diálogo porque em caso de acordos, o Apartheid perderia uma força de choque contra a FRELIMO. Isto aumentaria o seu isolamento na África Austral e ameaçaria a sobrevivência do regime (Minter, 1989).

Apesar da recusa do governo em dialogar com a RENAMO, paralelamente, em 1984, o Conselho Cristão de Moçambique (CCM) e 17 das igrejas protestantes envolveram-se

activamente no processo de paz, que persuadiu o governo a abrir uma janela de diálogo com a RENAMO. Neste sentido foram desenhadas iniciativas para a paz através de cartas pastorais e comissão da reconciliação, que reflectia sua visão de que dialogo é o caminho a seguir em qualquer disputa. Em seguida, o CCM reuniu com o presidente Samora Machel em 28 de Junho de 1985, mas não conseguiram obter um oval sobre a proposta de diálogo (Vines, 1996).

Entretanto, a igreja não deixou de insistir e, em consequência, através da sua conferência episcopal materializou o seu interesse permanente pelo fim da guerra civil a partir de 1985, desenvolvendo mesmo a revelia das autoridades de Maputo, tentativas de contacto em Roma e Lisboa, com então secretário-geral da RENAMO Ivo Fernandes (Rodrigues, 2006). Desta forma, o autor explica a forma como começaram os primeiros passos de contacto para o diálogo directo entre o governo e a RENAMO, que só se tornou mais acelerado depois da morte de Samora Machel e subida ao poder do Presidente Joaquim Chissano, em 1987.

Neste contexto, em 1988, o governo e a RENAMO abriram os primeiros caminhos do diálogo que culminou com as negociações directas em Roma, entre 1990 e 1992. Antes disso, aconteceram diálogos indirectos sob intervenção de missionários ou religiosos que se engajaram muito para aproximar as partes internas a resolverem a guerra (Bouene, 2005).

De acordo com Rodrigues (2006), em Abril de 1988 realizou-se uma conferência episcopal onde decidiram fazer o pedido formal ao Quénia para servir de mediador. Este, por sua vez, aceitou e começa a fazer contactos com a RENAMO, com as dificuldades inerentes a um movimento em que a autoridade no exterior era pouco conhecida e dispersa. Foram várias as vias tentadas no Quénia e na Europa, com relevo para a Alemanha. No entanto, esqueceram uma via que havia contactos estreitos com a RENAMO: os Serviços de Informações Militares Portugueses.

Após a decisão da conferência episcopal em Abril de 1988, D. Jaime acaba por desembarcar na Gorongosa onde falou com Afonso Dhlakama que se declara disposto a falar com a FRELIMO e admite o Quénia ou o Togo como o local de encontro. Em Fevereiro de 1989, Nairobi foi palco de uma reunião destes com elementos que representavam a RENAMO, onde

esta expõe as suas razões da guerra e a sua visão para um eventual processo de paz. No final do mês de Agosto o presidente Chissano dispensou os serviços dos bispos. O presidente tomou conhecimento da iniciativa dos Bispos.

Foi preciso uma coragem para servir de ponte de ligação entre o governo e rebeldes, personalidades essas que se encontravam armados, o que nas condições normais eram insensíveis para falar do assunto da paz. O diálogo era o instrumento mãe que podia trazer a felicidade a sociedade Moçambicana e o presidente Chissano tinha isso na mente quando julgou necessário afastar os bispos no processo e ficar entre o Governo e a RENAMO directamente (Rodrigues, 2006).

De 1990 a 1992 foi reconhecida a dimensão interna da guerra entre o Governo e a RENAMO, dialogaram e assinaram o AGP que marcou o fim da guerra, iniciou o processo de democratização e de reconciliação. Bouene (2005) afirma que a distensão na cena internacional no fim da década 1980, em consequência de maior diálogo e entendimento entre as superpotências, veio facilitar os movimentos de aproximação entre os actores políticos da África Austral e do interior de Moçambique, isto significa que, foi o momento crucial em que os políticos começaram a apreciar com muita rigorosidade pela primeira vez depois da Guerra Fria a importância do diálogo como novo meio de resolução pacífica de conflito.

2.4 Definição de conceitos-chave

2.4.1 Diálogo

Segundo Pruitt e Thomas (2007), diálogo, do ponto de vista etimológico resulta da fusão das palavras Gregas dia e lagos. Dia significa “por meio de” e Logos foi traduzido para o latim Ratio (razão), mas tem vários outros significados, como “palavra”, “expressão”, “fala”, “verbo”. Dessa maneira, o diálogo pode descrever qualquer comunicação que usa palavra para transmitir um significado.

Por seu turno, Bohm (1996) também considera que a palavra diálogo provém do grego. Em última instância, este autor coloca uma corrente de significados (dia: através de; logos: o significado da palavra) entre nós e através de nós, contrariando o senso

comum que atribui a palavra a noção de dois⁸. Assim, o diálogo pode acontecer com qualquer número de pessoas, inclusive individualmente, dado que as condições para a sua ocorrência estejam presentes.

Em geral, o diálogo é confundido com debate, consenso, discussão ou negociação. Entretanto, uma análise mais aprofundada demonstra que existe uma grande diferença. Estas palavras são usadas como sinónimo no senso comum. Mas, na resolução de conflitos e na política, diálogo tem significados diversos. Por exemplo, debate pressupõe oposição. Isto significa que vários lados se opõem uns aos outros e tentam provar que o outro está errado. Os participantes falam dos seus próprios eleitores e meios indecisos. Neste caso, atmosfera é ameaçada por ataques e interrupções que, geralmente, são permitidos.

Para Cuentas e Mendez (2013), o objectivo do debate é ganhar. Além disso, o debate ignora sentimentos ou relacionamento e, muitas vezes, permite menosprezo que é algo depreciativo. (Zuben, 1979) defende que muitos usam o termo “diálogo” para se referir a qualquer tipo de interação falada. Outros argumentam que devemos chamar isso de “conversa” e preservar o termo “diálogo” para situações em que se faz o trabalho mais interessante.

Isaacs (1993:52) também escreve sobre o diálogo. O autor afirma que a necessidade de diálogo é justificada actualmente pela complexidade de interdependência de problemas institucionais e globais, que não permitem mais um pensamento individual.

Da mesma forma, o simples facto de pessoas conversarem não significa a ocorrência de diálogo rumo a resolução desses problemas, já que, as falhas de comunicação e desentendimentos culturais que ocorrem não permitem abordagem das questões de forma comum, tornando impossível lidar de forma construtiva com os problemas da sociedade. Por isso, há uma motivação para o desenvolvimento da capacidade de se pensar juntos, desenvolver pensamento colaborativo e acção coordenada.

Segundo Mariotti (2000), diálogo (reflexão conjunta e observação cooperativa da experiência) é uma metodologia de conversação que visa melhorar a comunicação entre as pessoas, a

⁸ Ibid

produção de ideias novas e significados compartilhados. Por outras palavras, o diálogo é uma metodologia que permite que as pessoas pensem juntas e compartilhem os dados que surgem dessa interacção, sem procurar analisá-los ou julgá-los de imediato.

Por seu turno, Alartar, Smith e Umbreit (2005) definem o diálogo como um processo de comunicação que permite aos participantes ouvirem e serem ouvidos. Para Saunders (1999) O diálogo pode ter diferentes enquadramentos na sociedade. Por outras palavras, o diálogo pode ser de vários tipos, dependendo dos actores e do espaço em que ele se realiza: diálogo religioso, social, diálogo político e diálogo político democrático.

2.4.2 Diálogo social

De acordo com Abramo (2009), os actores sociais envolvidos no diálogo social devem considerar a diversidade [e os interesses] dos vários grupos da sociedade. Os grupos incluem *“diversos actores como sociais como partidos políticos, associações empresariais, organizações ético-profissionais, sociedade civil, confissões religiosas, autoridade tradicionais”* (Informe Anual do Chefe do Estado, 2013). Esta diversidade de actores é um elemento fundamental para o êxito do processo de diálogo social que deve ser inclusivo.

Assim, é importante que se assegurem espaços institucionalizados para a manifestação e posicionamento dos vários grupos sociais. Essa manifestação e posicionamento pode desempenhar um papel relevante na aproximação de vários grupos em conflito através de diálogo. Embora a diversidade seja um elemento fundamental para o êxito do processo de diálogo, é também importante que se leve em conta a legitimidade do espaço do diálogo, os participantes e os assuntos a manifestar em diferentes contextos do país.

2.4.3 Diálogo inter-religioso

Para Floristan e Tamayo (1993) o diálogo inter-religioso emerge dos desafios mais importantes do novo milénio. O autor alega que este diálogo de índole religioso caracteriza-se por um relacionamento positivo e construtivo entre fiéis de religiões diferentes. Na relação inter-religiosa processa-se uma comunicação partilhada de vida espiritual através de experiência e reflexão entre pessoas e comunidade de confissões religiosas distintas.

Este diálogo é visto como o caminho seguro para a remoção dos preconceitos, promovendo nova sensibilidade das aproximações entre vários fiéis. Este diálogo requer uma actividade de busca profunda, uma convicção de que estamos caminhando sobre um sagrado de que arriscamos nossa vida. Faz parte da peregrinação pessoal para a plenitude de nós mesmos, que se obtém, ultrapassando as fronteiras da nossa tradição (Floristan e Tamayo, 1993).

Para Floristan e Tamayo (1993), o diálogo inter-religioso visa ao mesmo tempo ampliar a compreensão do outro e o enriquecimento mútuo como também o comprometimento na defesa dos valores Humanos. Isto implica ainda, a partilha da experiencia religiosa levando seus participantes a níveis de intensa profundidade no encontro com o mistério totalmente neutro.

Em Moçambique o diálogo inter-religioso tem sido uma prática importante para a consolidação da paz e a democracia nos últimos 20 anos. Vários religiosos a partir do conselho ecuménico têm contribuído bastante para o cultivo dos valores da cidadania e da cultura de perdão entre os irmãos visto que na plenitude não há espaço para o ódio nem a vingança.

2.2.4 Diálogo político

O diálogo político, na perspectiva de Odendaal (2011) é uma ampla gama de actividades de comunicação, que ocorrem nas negociações de alto nível e na mediação na tentativa de reconciliação da comunidade. O autor explica que o diálogo político é utilizado de forma flexível, mas os parâmetros são de natureza política e visa abordar as ameaças que podem levar uma sociedade a envolver-se num conflito violento. Da mesma forma o autor afirma que o objectivo do diálogo político é alcançar soluções práticas e pacificas para os problemas da sociedade.

Esquith (1996: 9) considera que *“o diálogo político pode ser caracterizado em termos de objectivo (propósitos políticos) a serem discutidos e de forma distintiva (politicamente) como o diálogo é conduzido... Entretanto, é difícil especificar exactamente o que é que conta como propósitos políticos.*

Hannah Arendt, (1999) tentaram identificar os propósitos políticos e avançaram a ideia de esfera pública ou o bem comum. Estes autores consideram que *“o que distingue o diálogo*

político de outras formas de diálogo é esse objecto em geral que ele cria, opera dentro, em assuntos para uma análise aprofundada. Esquith afirma que alternativamente assuntos políticos podem ser identificados como um conjunto contingente de problemas que podem e devem ser resolvidos, usando o poder político. Isto significa que, as vezes problemas familiares são políticos, as vezes não são. O mesmo acontece com certos problemas económicas, sociais, médicos e morais. Então diálogos políticos são debates e discussões que determinam quando a força coerciva de Estado é exercida sobre esses problemas”⁹.

Van Brabant (2001: 4) na sua análise, considera que existem quatro tipos e níveis principais de diálogos políticos:

“Diálogo de alto nível ou cimeira. Este diálogo envolve o encontro dos principais líderes que estejam em determinadas disputas nas camadas sociais. Esse diálogo é, muitas vezes, iniciado ou mediado pela comunidade internacional; Diálogo da sociedade civil: este oferece oportunidades discretas e relativamente de baixo risco para explorar opções, construir a confiança e habilidades no processo do diálogo; Dialogo político como meio de planeamento: este tem como aspecto indispensável do planeamento para a construção da paz, do Estado e do desenvolvimento. Tal planeamento tem que ser conduzido por um diálogo político; Dialogo multi-nível: este ocorre geralmente em vários níveis da sociedade, num esforço que visa envolver os cidadãos na construção de um consenso nacional suficiente sobre desafios críticos ”.

Cuenta *et al* (2007) entende o diálogo democrático como meio que visa fortalecer as instituições democráticas e ao mesmo tempo procura transformar relações conflituosas para prevenir crises e violências e, neste caso, contribuir para uma governação democrática. Em geral, os autores consideram que o diálogo democrático é um processo de compressão que permite um trabalho conjunto, incluindo, desta forma, vários actores nesse diálogo. Ao mesmo tempo, o diálogo democrático opera numa perspectiva sistémica do problema em questão e, pretende incluir um novo grupo no sentido das partes interessadas. Não objecta troca de informações mas, nas sociedades complexas transforma o conflito através de maior interacção.

⁹ Ibid

2.4.5 Diálogo democrático

Paralelamente, o diálogo democrático permite também ser uma ferramenta de mudança e de construção de consensos. Esta construção pode ser entendida como um equilíbrio básico de poder na sociedade similarmente vai criar um espaço de diálogo onde diversos actores procuram interagir com confiança e respeito, levando preocupações, demandas e crenças no interesse comum com vista a promover a paz através de consensos. Este tipo de diálogo fundamentalmente promove a participação em espaço do diálogo aos diversos actores sociais como também fortalece, como diz Cuenta *et al* (2007), as instituições, os valores da democracia bem como contribui para acções mais inclusivos e sustentável.

Além das tipologias e dos níveis do diálogo acima descrito, Van Brabant (2001) alega que a vontade política é importante para o diálogo político se chegar a um acordo inclusivo e similarmente condicionar a efectiva implementação. Na visão de Van Brabant, o aspecto da inclusão é de importância fundamental, porque muitas vezes, a exclusão é uma das principais causas do conflito. O autor realça, na maioria dos casos, uma questão controversa e, na realidade, difícil de satisfazer a todos¹⁰.

Portanto, o diálogo é uma comunicação colaborativo em que os participantes trabalham em conjunto para o entendimento comum das questões e das perspectivas [de cada parte envolvida em conflito]. Os participantes falam uns com os outros e o clima é de segurança e, desta forma, é preciso que o espaço de diálogo exista (Isaacs, 1999). Bohm e Peat (1991) consideram que só há um verdadeiro diálogo onde cada um dos participantes realmente tem em mente o outro ou os outros e se vira para eles com a intenção de estabelecer uma relação mútua de viver.

Buber (1947:22) o diálogo é uma dimensão da qualidade de comunicação que mantém comunicadores mais centrada na reciprocidade e relacionamento do que interesses próprios. Acima de tudo, diálogo pressupõe que muitas pessoas têm partes da resposta sobre um determinado assunto e que somente juntos podem transformá-los em uma

¹⁰ Ibid

solução viável ou mutuamente vantajosa para todos membros da colectividade política. O diálogo, a partir da perspectiva adoptada aqui, é um tipo especial de relação comunicativa; o tipo de relação que amplia visões do mundo na esfera política.

2.4.6 Governação

Segundo Koliba *et all* (2011:46), entende-se por governação o conjunto de “meios pelos quais uma actividade ou conjunto de actividades são controladas ou direccionadas, de tal forma a que possam proporcionar um leque aceitável de resultado de acordo com alguns padrões sociais estabelecidos”. Por seu turno Hughes (2003) defende que governação significa o processo e instituições, ambos formais e informais que dirigem o controlo das actividades colectivas de um determinado grupo. Rosenau (1995) também fala de governação que está ligada a administração das regras de jogo políticas formais e informais. Este autor refere-se que a governação significa tomada de medidas que envolvem o estabelecimento de regras para o exercício do poder e resolução de conflitos sobre tais regras”.

Slomisk (2008) define a governação como a maneira como o poder é exercido na administração de recursos económicos e sociais de um país com o objectivo de promover o seu desenvolvimento. Por seu turno, Kettli (2002) usa a ideia de governação para confrontar as realidades dos papéis administrativos que requerem capacidade que vão para além das respostas, das estruturas e do processo padrão que se foram acumulando, gradualmente no governo Americano.

Para Frederichkson e Smith (2003), a governação é inerentemente política e envolve uma barganha e compromisso entre actores com diferentes interesses. Isto compreende estruturas formais e influência informal, seja o que pode caracterizar a relação entre a autoridade formal e actual conduta das operações mandatadas pelo governo. Por fim, Kjaer (2004:164) define a “governação como a gestão consciente de estruturas de um regime com objectivo de melhorar a legitimidade do sector ou domínio público é caracterizada por 4 elementos, nomeadamente: autoridade (poder legitimo), reciprocidade, confiança (de grupos para com autoridades publicas) e a prestação de contas”.

2.4.7 Governação política

Governação política é um conceito que está ligado ao conceito de Governo é um sub-conjunto que actua com autoridade e produz obrigações formais. Entretanto, a governação não é necessário ser conduzido exclusivamente pelo governo. Firmas privadas, associação das firmas, organizações não-governamentais (ONGs) todas sempre se engajam na associação do corpo governamental, para criar a governação; as vezes sem autoridade governamental (KJAR, 2004).

Por seu turno Matias Pereira (2009:) afirma que governar significa tomar decisões sobre alternativas de acção para a sociedade. Tais alternativas tem como base, em princípio, o interesse público expressado colectivamente, de acordo com um processo administrativo onde demandas e apoios são convertidos em normas, produtos e serviços.

2.4.8 Pacificação

A pacificação é um processo que envolve fases de modo a pacificar uma sociedade em conflito. De acordo com Aurélio (1995) pacificar significa restabelecer a paz. Além disso, pacificar também significa harmonizar, apaziguar, restabelecer a ordem, tranquilizar e abrandar. Há dois tipos de mecanismo de pacificação de litígio ou conflito: a auto-composição e a hetero-composição e a conciliação.

Mecanismo de auto-composição consiste em meios onde as próprias partes buscam soluções para as suas controvérsias; possuindo o poder de decisão, uma vez que prevalece a vontade das partes. Esta auto-composição pode ser: unilateral, onde uma das partes renuncia sua pretensão; ou bilateral onde cada um dos litigantes faz concessões recíprocas. Na auto-composição, as próprias partes possuem poder de decisão, a fim de resolver seus conflitos. Este meio abrange a conciliação, a mediação e a negociação colectiva (Aurélio, 1995).

Por seu turno, Mecanismo de hetero-composição consiste em meio onde a solução dos litígios é estabelecida por um terceiro sem que haja interferência das partes. Estes meios abrangem arbitragem, que é um meio alternativo de pacificação social, onde os litigantes estipulam um terceiro, o árbitro que terá o poder de decidir o conflito, sendo que, tal decisão produzirá

resultados positivos. Na hetero-composição, por sua vez, o poder de decisão pertence a um terceiro que não é parte interessada, mas se envolve no conflito para ajudar na pacificação. Esta forma de composição compreende arbitragem e a situação jurisdicional¹¹.

2.4.9 Reconciliação

Hamber e Merwe (1998) identificaram 5 definições ou abordagens possíveis sobre reconciliação: a primeira que trata da identificação de identidade que figuram como incompatíveis. No caso da África do Sul foi a abolição das identidades raciais criadas no âmbito da política do Apartheid. Na segunda a reconciliação envolve o entendimento inter-comunitário (apostar na comunicação e no estabelecimento da ponte entre comunidades com diferentes culturas, ideologias e histórias). A terceira abordagem focaliza a questão da ideologia religiosa (colocando ênfase na confissão, na honestidade e no perdão entre inimigos de ontem que se transformou em amigos).

A quarta abordagem, de acordo com Hamber e Merwe (1998), vê a reconciliação associada a questão *dos direitos humanos (segundo a qual deve existir uma inteiração social reguladora, através do Estado de direito e da prevenção de que certas violações de direitos voltem a verificar-se)*. Posto isto, a ausência de interacção regular entre a sociedade, acaba não havendo a reconciliação, pois falar de reconciliação e falar da interacção entre a sociedade e perdão, reconhecendo os erros do passado. A quinta e última abordagem de reconciliação *encara a reconciliação como uma forma de construção da comunidade*.

Esta abordagem encara o conflito como uma rede de relações de interdependência anteriormente existente nas comunidades, pelo que a reconciliação passa por um processo de recuperação da confiança e de reconciliação inter-pessoais, inter-grupais, essencialmente a nível local. Neste caso, admite-se que existe mecanismo e factores psico-sociais que influenciam sobre como e quando a reconciliação contribui efectivamente para a restauração da ordem social Brecke (2003).

¹¹Ibid

Para Oberg (1996), reconciliação é algo que está inserido dentro do conceito de reconstrução pós conflito, uma vez que esta não constitui algo apenas ligado a estrutura física. Isto quer dizer que, durante a reconstrução de Moçambique pós-a guerra civil devia ter ocorrido simultaneamente com o processo de reconciliação como forma de plantar a confiança entre os moçambicanos.

Por seu turno, Galtung (1998) afirma que a reconciliação como um dos elementos essenciais á estabilização e ao progresso em situações pós conflito, sendo os outros dois a resolução e a reconstrução, formando o conjunto dos 3 "R" em que a omissão de um compromete a obtenção dos outros dois. É verdade que, o autor aborda questões muito importantes que merecem o tratamento especial com base num entendimento entre os actores envolvidos no conflito. O triângulo que o autor apresenta, demonstra claramente que a ausência de um dos elementos, então não há paz.

Com efeito, vários autores argumentam que a reconciliação nacional não é uma forma completa de promover a transformação ou resolução duradoura do conflito, ou seja, que não constitui condição suficiente para construção da paz. O paradigma das necessidades humanas defendidas por Burton (1987), e por vários especialistas com muita experiencia, apresentam uma serie de necessidades de grande importância para os seres humanos como o sentido da segurança como condição indispensável para as pessoas se reconciliarem.

Autores como Donna e Pankhurst (1999) enfatizam a importância das condições económicas e políticas em que decorre o processo de reconciliação, o qual não é uma parte da agenda mais vasta de mudança política que permita promover a boa governação, assegurando a credibilidade interna e externa dos novos regimes. Isto é, sem economia não é possível assegurar a reconciliação na sociedade moçambicana.

Segundo Bloomfield (2003), define a reconciliação como um processo mais abrangente que inclui a busca da verdade, justiça perdão cura e assim por diante. Na sua forma mais simples, isso significa encontrar uma maneira de viver ao lado de antigos inimigos não necessariamente ama-los ou perdoa-los ou esquecer o passado, mas para conviver com eles a desenvolver o grau de cooperação necessário para compartilhar a nossa sociedade com ele, de modo que

todos nos tenhamos uma melhor forma de viver juntos do que em separado. O autor ainda refere que reconciliação é um processo paralelo que redesenha a relação entre nós. Isto quer dizer que, um imenso desafio, e ninguém deve pensar que é rápido ou fácil, mas, o esforço carrega uma grande recompensa: a Reconciliação é a melhor garantia de que o acontecimento do passado não irá voltar. Podemos construir uma nova relação entre nós que é construída no respeito e na compensação real de cada um.

De acordo com Paul (1997), explica o significado da reconciliação como sendo o impedimento uma vez por todas, o uso do passado como a semente do conflito renovado. Ele consolida a paz, quebra o ciclo de violência e fortalece a recém-criada ou reintroduzida instituições democráticas. No entanto, uma operação voltada para o passado, a reconciliação traz a cura pessoal de sobreviventes, as reparações de injustiça passadas, a construção ou reconstrução de relações não violentas entre os indivíduos e comunidades, bem como aceitação por parte dos antigos partidos a um conflito de uma visão comum e compreensão do passado. Na perspectiva da visão do autor, a reconciliação significa vítimas que permitem perpetradores de seguir com a vida e, ao nível da sociedade o diálogo e uma partilha adequada de poder. Isto significa que, a experiência de um passado brutal faz com que a busca por uma convivência pacífica, uma operação delicada e complexa seja idealizada e concretizada como forma de manter o espírito da paz permanente.

O observador Sul-africano Charles entende que a reconciliação é como o nível de coexistência pacífica que implica não mais do que uma vontade de não matar um do outro. King por sua vez, explica que aqueles que não aprendem a viver juntos como irmãos são todos que vão perceber juntos como tolos.

Andrew (2001), entende que a reconciliação sem coexistência pacífica não existe, mas também a coexistência pacífica, confiança e empatia não se desenvolve de forma sustentável se a injustiça estruturais os domínios políticos, jurídicos e económicos permanecem. O autor adianta que, um processo de reconciliação deve, portanto, ser suportado por uma partilha gradual do poder, uma homenagem de um do outro por compromissos políticos. Com isso, a criação de um clima propício aos direitos humanos da justiça económica e numa vontade entre a população em geral para aceitar responsabilidade do passado e para o futuro em outras

palavras a reconciliação deve ser apoiada pelo reconhecimento dos códigos essenciais da democracia.

Rama (2002), explica que a reconciliação envolve uma convivência, confiança e empatia que se desenvolve entre os indivíduos que estão ligados como vítimas, beneficiados e perpetradores. O autor enfatiza que, esta é a reconciliação ao nível inter-pessoal que acontece quando a vítima esta disposta a apertar a mão do torturador que infligiu a sua dor. No entanto, ambas as categorias de reconciliação abraçam pessoas, grupos e aqueles que estão directamente envolvidos em actos de violência política, étnica ou religiosa e deve ser vista como um processo de longo prazo que pode levar décadas.

CAPÍTULO III

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Neste capítulo faz-se a descrição da metodologia utilizada na presente dissertação, destacando a fase de colecta, análise e interpretação de dados. Portanto, descreve-se os procedimentos metodológicos usados desde a escolha da amostra, concepção dos instrumentos de recolha de dados, a validação dos guiões de entrevista e sua implementação, os procedimentos para responder às questões de pesquisa, assim como a análise dos dados.

O modelo metodológico que se adoptou nesta pesquisa foi de natureza qualitativa. Pesquisa qualitativa trabalha com dados e informações diversificadas sob forma de crenças, opiniões e fenómenos (Lakatos e Marconi, 1993). É caracterizada pela tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e das características situacionais apresentados pelos entrevistados

Foram associados a pesquisa, o método histórico tal como refere Marconi e Lakatos (2010) o método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influencia na sociedade de hoje. Nesta dissertação, o método histórico serviu para recorrer ao passado histórico da governação política e dos conflitos político-militares nos quais o diálogo constituiu uma ferramenta nos processos de negociação para a pacificação e para a reconciliação.

Este método permitiu compreender a influência do diálogo na actual composição da sociedade moçambicana bem como identificar espaços do diálogo ao longo da história de governação política em Moçambique. Por último, o método histórico mostrou-se relevante na compreensão da influência do processos do diálogo no período do retorno à guerra, pois ajudou a explicitar os acontecimentos que decisivamente contribuíram para o processo da pacificação existente nas instituições actuais que podem garantir continuamente atitudes de natureza dialógica.

Para o inicio do estudo foi utilizada a revisão bibliográfica. Esta apoia-se em fundamentos teóricos que sustentam a formulação de um problema e na adopção de técnicas e instrumentos

da pesquisa (Chizzotti, 2008). Esta constitui a orientação e a definição precisa da problemática do estudo e da identificação do modelo de análise.

Nesta dissertação, a revisão bibliográfica ajudou a obter dados sobre a história da governação política em Moçambique, com incidência para o diálogo na pacificação e na reconciliação. Além disso, esta técnica ajudou a obter informação teórica que permitiu analisar a efectividade do diálogo na pacificação e na reconciliação do Moçambique pós guerra.

Para a colecta de dados foram utilizadas entrevistas estruturadas e não estruturadas. A entrevista estruturada baseia-se na utilização de um questionário como instrumento de colecta de informações, o que garante que a mesma pergunta seja feita da mesma forma a todas as pessoas que forem pesquisadas. Gil (1999) explica que a “entrevista desenvolve-se a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e a redacção permanece invariável para todos os entrevistados, que geralmente são em grande número”.

Além disso, para realização desta dissertação, também recorreu-se a entrevista não-estruturada que caracteriza-se por ser totalmente aberta pautando pela flexibilidade e pela busca do significado na concepção do entrevistado, ou como afirma May (2004:149) “permite ao entrevistado responder ao entrevistado dentro da sua estrutura de referência”.

Para a pesquisa, a escolha dos grupos para as entrevistas foi feita de acordo com o nível de percepção do tema e a convivência com o problema em estudo. Neste caso, foram escolhidos os membros que participaram nas negociações da paz em Roma¹², por serem as pessoas que percebem melhor a génese da paz em Moçambique, foram ainda escolhidos para as entrevistas os membros do governo em exercícios¹³, por serem as entidades que gerem os problemas do país incluindo os conflitos armados que assolam o país e, finalmente foram escolhidos para as entrevistas os membros da sociedade civil¹⁴ por serem as entidades que acompanham o desenrolar dos contrastes do país e dão as suas opiniões sobre as formas de solução.

¹² Neste subgrupo foram entrevistados 3 membros negociadores da paz em Roma, tais como: Raul domingos, Aguiar Mazula e José Abel Jonaze.

¹³ Neste subgrupo foram entrevistados 2 deputados da Assembleia da Republica e 2 dirigentes do governo.

¹⁴ Neste subgrupo foram entrevistados 2 membros do conselho cristão de Moçambique, e 3 académicos, perfazendo um total de 13 elementos.

Dentro da amostra estratificada, foram seleccionados um número de 13 indivíduos que englobam os membros negociadores do AGP num número de 3, 4 membros do governo em exercício e 6 membros da sociedade civil.

3.1 Dificuldades e limitações da pesquisa

Durante a realização da pesquisa verificaram-se dificuldades de vária ordem, principalmente, no período da colecta de dados, em que houve dificuldade na disponibilização de informações relativas ao processo de diálogo e pacificação em Moçambique por parte de alguns membros negociadores da paz em Roma, estas por serem figuras extremamente ocupadas e com agendas sobrecarregadas, bem como de alguns membros do governo em exercícios que em certos casos não se mostravam disponíveis em falar sobre o assunto.

3.2 Quadro teórico

3.2.1 Teoria do Diálogo

Existem muitas literaturas sobre a importância do diálogo nos processos sociopolíticos, como, por exemplo, na governação escolar, na governação da sociedade civil e na governação política. No caso da governação escolar, Oliveira (2006) destaca o diálogo como meio propulsor da formação continuada em serviços educacionais inclusivos e democráticos. No que concerne a governação da sociedade civil, de acordo com o relatório de Moçambique (2013: 9), de apoio a participação da sociedade civil no diálogo sobre políticas, o diálogo pode ser realizado em determinados espaços criados ou de outra forma, em espaços conquistados.

Os espaços em referências são áreas onde pode dar-se a interacção, a participação e a troca de informações. Esses espaços podem ser de disputa e de colaboração. Na vertente da governação política, Esquith (1996: 10), considera que o diálogo político é fundamental para assegurar uma governação política democrática que contribui para a promoção e para a preservação da paz. Contudo, é difícil especificar exactamente o que deve contar como uma “coisa política”. Alguns teóricos como, por exemplo, Hannah Arendt, citado por Esquith (1996), tentaram identificar “coisas políticas”, em termos gerais, tais como a esfera pública ou o bem comum.

A orientação ontológica para o diálogo incorporado nesta dissertação é atribuída ao Filósofo Martins Buber (1971). Para este autor, a própria existência dos homens dá-se no diálogo, isto é, na forma de relação marcada pelo encontro das totalidades dos homens. Buber (1979) refere-se a este tipo de combinação na qual não há obstáculos às essências dos seres, como uma combinação Eu -Tu, que se coloca em oposição à combinação Eu - Isso, que é caracterizada por um sentido unitário.

Outra importante referência para o desenvolvimento da teoria do diálogo é o Físico David Bohm (1996). Para este autor, o diálogo não pode ser considerado como um processo que ocorre externamente aos envolvidos, superficialmente, sem catalisar transformações internas significativas. Neste contexto, Bom (1992), na sua teoria do diálogo, propôs que nós vivemos em um universo de holografias. Cada parte do universo tanto contém como está contido no todo. Se uma parte é afectada por alguma coisa (alguma mudança), esta afecta o todo e vice-versa. Entretanto, nós vivemos num mundo relacional onde o indivíduo impacta o colectivo e o colectivo impacta o indivíduo.

Para Bohm (2005: 33), *“o dialogo é uma relação que coloca a importância naquilo que está entre (a relação, o fluxo) e não nas extremidades (nas pessoas) e o seu propósito é de investigar o que chama de pressupostos de raiz, ou seja, pressupostos que são construídos ao longo da vida das pessoas e por meio dos quais percebem e compreendem a realidade”*.

3.2.2 Precusores da teoria do diálogo

Historicamente, o diálogo sempre foi usado como um instrumento de governação, apesar de ser novo nas práticas políticas organizacionais modernas. Isto significa que o diálogo pode ser encontrado nos trabalhos dos gregos antigos por exemplo, o diálogo de Platão. Aqui o diálogo platónico ocupa-se, como o nome indica, com o perfil do homem político. Segundo Platão, na sua obra, a política é um diálogo desafiador, pois envolve mitos e diversas metáforas. Trata-se da continuação de um Sofista, mas é possível compreender essa obra (politico) mesmo sem ter lido o Sofista. Participara desse diálogo Sócrates, Teodoro, o estrangeiro e o jovem Sócrates. Esses dois últimos dominam o diálogo. Podemos dizer que o tema principal é determinar como seria o governante ideal da polis.

Nos tempos modernos em que o diálogo aparece num contexto científico, Martins Buber (1878- 1965) destaca-se em suas publicações filosóficas. Este autor deu ênfase a sua ideia de que não há sociedade sem comunicação e diálogo e que os objectos não existem sem que haja uma interacção com eles. As palavras princípio, Eu- Tu (relação), Eu-Isso (experiência), demonstram as duas dimensões da filosofia do diálogo que, segundo Buber, dizem respeito à própria existência.

David Bohm (1996¹⁵) também é precursor da teoria do diálogo que ele introduziu em 1992. Este autor apresenta muita literatura que fala sobre o diálogo. Além disso, este autor é citado em várias obras que falam sobre o diálogo. De acordo com o Bohm, o diálogo é como criar um espaço sagrado por meio da conversação. Pensar sobre que valores muitas culturas mantêm como sagrados tais como respeito, confiança, amor, família, vida e busca da felicidade conduz à energia e ao potencial do Dialogo. Dialogo é como criar um ambiente que constrói confiança, encoraja a comunicação com respeito, honra e valoriza a diversidade como essencial e leva a uma expansão de consciência que promove a criação de significado compartilhado (cultura) que dá suporte ao bem - estar individual e colectivo¹⁶.

3.2.3 Pressupostos da teoria do diálogo

Zuben (1979: 13), Apresenta os seguintes pressupostos da teoria do diálogo:

- O diálogo é uma oportunidade de construir a confiança com outras pessoas que possuem diferentes pontos de vista;
- O diálogo permite que as pessoas expressem suas incertezas e ambiguidades criando uma ponte entre pessoas com diferentes pontos de vistas;
- O diálogo é baseado no respeito mútuo e disposição para reconhecer as experiencia e opiniões dos outros;

¹⁵ David Joseph Bohm (1917-Londres, 1992) foi um físico quântico de Estados Unidos e posterior cidadania brasileira e britânica. Em seus últimos anos desenvolveu a técnica que se tornou conhecida como Diálogo de Bohm, na qual “objectivos colectivos” e “espaço livre” são os pré-requisitos mais importantes. Acreditava que, levados adiante em escala suficiente, tais Diálogos ajudariam a superar a fragmentação na sociedade.

¹⁶ Ibid: 2

- O diálogo também pode desempenhar um papel importante no processo de paz pública não-governamental em conflitos políticos ou identificar entraves.

De acordo com Guia de diálogo entre Árabes, Palestinos e Judeus (2005), o diálogo dá as pessoas a liberdade de explorar, apreender e criar um novo sentido de interacção.

3.2.4 Enquadramento da teoria do diálogo no contexto de Moçambique

A teoria de diálogo insere-se no desenvolvimento do presente trabalho, pois, ao longo da dissertação procura-se demonstrar a importância do diálogo na busca da manutenção da paz e estabilidade política em Moçambique. Isto quer dizer, que o processo de negociação que levou à assinatura do AGP resultou de um processo de diálogo onde vários actores, desde os nacionais e estrangeiros, estiveram determinados para o sucesso do processo negocial. O mesmo sucede no actual diálogo, em que não só foram convidados actores nacionais (observadores) como também estrangeiros que irão acompanhar o processo de desarmamento da RENAMO.

A teoria do diálogo implica resultados positivos para as partes, no âmbito da teoria do jogo em que os actores devem ser integrativa no sentido de que o acordo final a ser concluído entre as partes, corresponda aos interesses de ambos lados (*win-win*), evitando a percepção de que a outra uma das partes tirou mais benefícios (*win-lose*).

Na perspectiva de Oliveira (1994) citado por Pruitt e Thomas (2007), apresenta as formas de resolução de conflitos com base na teoria positiva, onde os participantes aprendem uma abordagem colaborativa que sustenta as duas vertentes: (a), num diálogo da resolução de conflitos, os actores tentam evitar-se mergulhar na orientação distributiva (*win-lose*), na qual o negociador quer encontrar, ou impor, uma solução que lhe seja favorável, sem respeito pelos interesses da parte contrária, Isto é, a relação de forças é a principal alavanca para fazer o adversário ceder, o que não é ideal num mundo democrático. (b), No que concerne a orientação integrativa (*win-win*): os actores na resolução de conflitos procuram um ganho colectivo e sem quem sai a perder¹⁷.

¹⁷ Oliveira. A (1994). Negociação e Resolução de Conflitos internos. São Paulo.

Neste espírito e recorrendo a teoria do diálogo, o Governo e a RENAMO, que estão ambos envolvidos no processo de pacificação e reconciliação dentro de mais de 20 anos de história de paz, devem procurar garantir que uma e outra parte tenham resultados animadores, como forma de garantir a continuidade da interacção entre as partes.

A teoria do Dialogo explica o processo de governação no actual contexto de democracia multipartidária em Moçambique, com o fim último de fazer uma análise do desempenho do executivo no esforço da paz social e política através das respostas aos vários anseios dos governados. O informe anual do chefe do ESTADO (2013) apresenta a diversificação dos mecanismos do diálogo como primeiro desafio ao longo da governação política em Moçambique. Ainda mais, refere que as interacções ocorridas com as forças vivas da sociedade, com destaque para os partidos políticos, as confissões religiosas, as associações empresariais e as organizações sócio- profissionais, representa um diálogo que visa alcançar o consenso comum e harmonioso entre os moçambicanos.

Em suma, a teoria do diálogo sustenta o papel do diálogo numa sociedade democrática para permitir que as pessoas e as instituições democráticas consigam manter a paz. A teoria do diálogo diz que o diálogo não começa no conflito e nem deve terminar com assinatura de um determinado acordo. Neste contexto, a teoria do diálogo sustenta que o diálogo deve continuar como um instrumento de gestão e de avaliação da implementação do que for acordado.

A teoria do diálogo diz que a negociação contribui para resolver um conflito, isto é, “o calar das armas”, mas a negociação é incapaz de manter uma sociedade em paz. Somente o diálogo é o meio mais competente para manter a paz numa sociedade e por muito tempo. Dessa forma, o processo de diálogo não mais termina com assinaturas de acordos, mas deve continuar com focos na implementação dos acordos e também incluir uma provisão para o procedimento com instituições para monitorar e facilitar o diálogo em curso.

Portanto, a paz não é construída, unicamente por meros acordos seja de que natureza for mas, deve haver uma abordagem sistémica, através da criação de espaços para a participação social onde são discutidos assuntos reais sobre a paz, ao mesmo tempo procurar incluir a sociedade em vários planos do país. Adicionalmente, deve existir

instituições formais ou informais que procuram não só garantir a implementação dos acordos, mas ao mesmo tempo que estabeleçam efectivamente espaços de diálogo a todos os níveis como também que estimula as lideranças a ter iniciativas de diálogo através de encontros regulares e contínuo. É, no entanto, necessário para ser inclusivo o suficiente salvaguardar a legitimidade das decisões (Macuane, 2013:4).

Apesar de tentativas de inclusão através de vários mecanismos, seja formais, seja informais, a sociedade Moçambicana ainda é caracterizada por alguns elementos tipicamente não inclusivos, o que pode explicar o retorno do novo ciclo de violência. Com efeito, a vontade das lideranças em garantir uma inclusão permanente de vários segmentos sociais em vários programas do país é entendida como suporte a construção da paz.

Com efeito, esses diálogos políticos, acima referenciados, tentam explicar sobre o enquadramento do diálogo sobretudo a partir das sociedades em guerras, tais como o caso de Moçambique onde os políticos beligerantes acabaram criando uma tensão política no país. Essa tensão política, muito provavelmente tenha sido condicionada pela ausência do diálogo político permanente que poderia servir de um meio para pacificação.

CAPÍTULO IV

APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

4.1 Aspectos sócio Demográficos de Moçambique

A República de Moçambique está localizada na faixa sul-oriental do continente africano, entre os paralelos 10°27' e 26°52' de latitude Sul e entre os 30°12' e 40°51' de longitude Leste. Faz fronteira com a Tanzânia, ao Norte; e com Malawi, Zâmbia, Zimbabwe e África do Sul, na parte sudeste. A leste é banhado pelo Oceano Índico, em uma extensão de linha de costa de 2515 quilómetros (Arnaldo, 2007).

A superfície total do país é de 799.380 km². Fazem parte 11 províncias administrativas distribuídas em três grandes regiões (Norte, Centro e Sul). A Região Norte é composta pelas províncias de Niassa, Cabo Delgado e Nampula; da Região Centro fazem parte as províncias de Zambézia, Tete, Manica e Sofala e a Região Sul compreende as províncias de Inhambane, Gaza, Maputo-Província e Maputo-Cidade. O país apresenta três tipos de relevo: o de planície do litoral; planaltos e grandes planaltos; e montanhas (Moçambique INE, 2007).

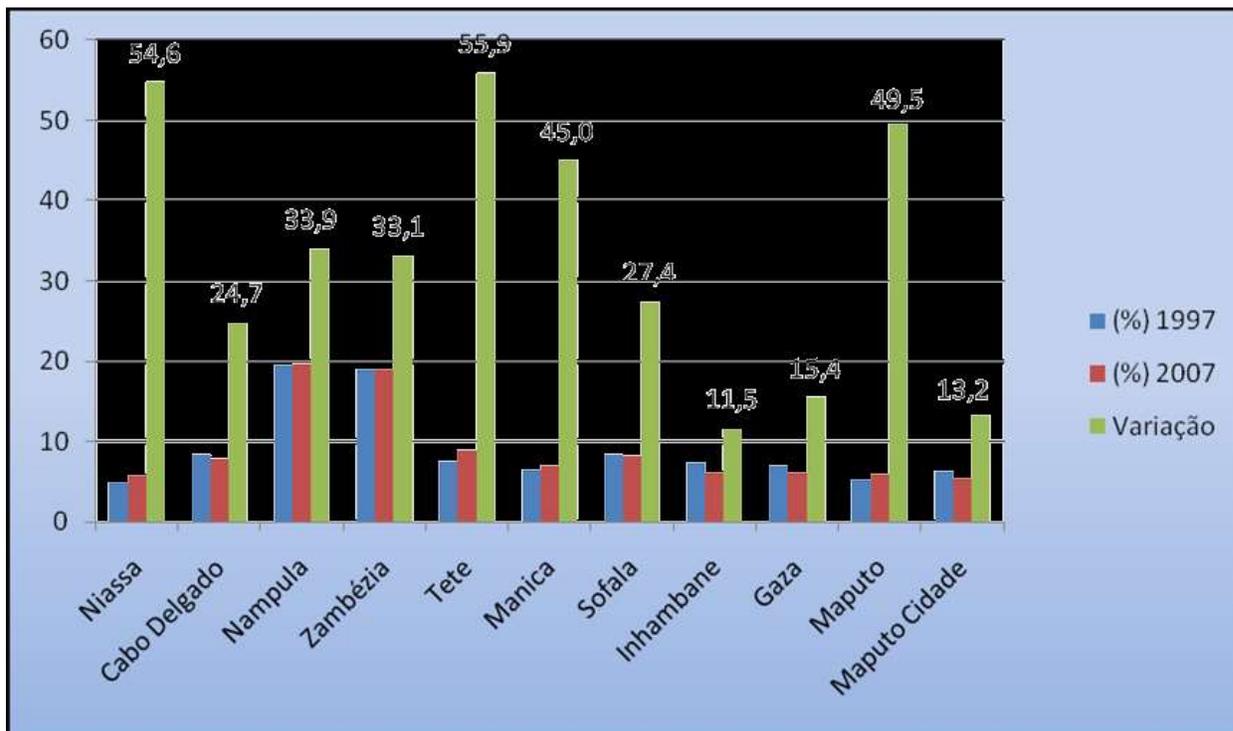
A localização geográfica de Moçambique confere-lhe um importante corredor para entrada e escoamento de produção dos países do interior (Malawi, Zâmbia, Zimbabwe) e ainda para África do Sul, contribuindo assim, embora não de forma directa, para o desenvolvimento desses países. Contudo, Moçambique ainda é um país muito pobre (PNUD, 2008).

Em termos do crescimento do PIB o destaque cabe às províncias do Norte, embora em 2001 e 2002. O maior crescimento tenha sido registado nas províncias do Sul que, ao longo de todo período considerado apresentaram PIB per- capita mais elevado. As províncias do Sul também se sobressaem como aquelas de maior participação do PIB do país. Já as províncias do Norte, detentoras do maior crescimento do PIB, contribuem com a menor parcela do PIB de Moçambique, além de apresentarem os valores mais baixos per- capita do indicador. Esse quadro indica, além de heterogeneidade, grande complexidade no contexto de análise dos indicadores económicos de Moçambique (PNUD, 2008).

A cidade de Maputo é alavanca dos níveis de desenvolvimento na Região Sul, tornando-a a região mais desenvolvida do país. Ao excluir esta cidade do cômputo do indicador, o PIB desta região diminui e mostra-se inferior ao da Região Norte, e menor ainda que o da Região Centro. Sem Maputo, o IDH da Região Sul diminui para uma situação intermédia entre o Centro e Norte. Analisando com base no IDH, as províncias do Sul apresentam índices relativamente inferiores às do Centro e Norte. Ademais, mesmo com a exclusão cidade de Maputo, as regiões Norte e Centro mantêm índices de pobreza uma vez superior às do Sul (PNUD, 2008).

O Em termos de distribuição o gráfico 1 mostra que a população Moçambicana está distribuída de forma relativamente uniforme entre a maioria das províncias, exceptuando Zambézia e Nampula que são as mais populosas com 38,4% e 38,7% em 1997 e 2007, respectivamente. A Cidade de Maputo, capital do país, concentra actualmente 5,4%. A distribuição da população a nível de províncias variou de forma desigual ao longo dos 10 anos (1997 e 2007). Não obstante o registo de crescimento da população em todas as províncias, destacam-se as províncias de Niassa, Tete e Maputo com crescimentos assinaláveis superiores a 50% (PNUD, 2008).

Gráfico 1: Distribuição percentual da população e taxa de variação por província, (1997- 2007)



Fonte: ATLAS sócio Demográficas de Moçambique a partir dos dados do censo 1997 e 2007 (INE_M)

A ocupação do espaço é diferente de região para região em função da superfície de cada uma e de diferentes factores nomeadamente: clima, relevo, vegetação, vias de comunicação, indústrias, prestação de serviços, bem como factores de ordem cultural, política, religiosa, histórica, etc. De um modo geral a densidade populacional trata-se de um indicador de medida globalizante, simples e bastante grosseira e que não tem em conta as considerações físicas do espaço onde se encontra inserida a população em estudo (Nazareth, 2004).

O continente Africano tinha em 2009, uma densidade populacional de 33 hab./Km², considerada muito fraca quando comparada com a sua população absoluta de mais de 1.000 milhões de habitantes. Entretanto, há regiões fortemente povoadas e outras desertas verdadeiramente enecúmenas, como são exemplos, os desertos de Sahara e de Calaári e densa floresta equatorial. Igualmente, Moçambique apresenta uma densidade muito baixa (25 hab./km²) quando comparada com a sua população absoluta de mais de 22 milhões de habitantes. (UNFPA, 2009).

4.1 O diálogo no processo de pacificação e de Reconciliação para a garantia da paz em Moçambique.

O diálogo foi usado como um instrumento para a pacificação entre os principais beligerantes, quer externos, quer internos. Primeiro entre o Apartheid e o Governo de Moçambique, mesmo na altura da Guerra Fria. Depois entre o Governo de Moçambique e a RENAMO, na altura do fim do Apartheid e da Guerra fria.

No que respeita o papel do diálogo no processo de pacificação e de Reconciliação para a garantia da paz duradoura em Moçambique, as opiniões dos entrevistados conduzem-nos a ideia de que, depois da assinatura do AGP não houve continuidade do diálogo para a reconciliação, principalmente para os políticos que deixaram essa tarefa apenas com a sociedade civil.

Os processos de reconciliação e reconstrução nacional, assim como a transição democrática, têm trazido consigo imensos desafios, os quais, contudo, não têm impedido o país de obter considerável sucesso em várias áreas, num esforço que tem sido correctamente elogiado nacional e internacionalmente: três eleições gerais e três eleições autárquicas foram realizadas sem muitos conflitos, (embora houve alguns) incidentes mais sérios que ameaçassem a sua legitimidade (AFRIMARP e OSISA, 2009).

AI “(...)”¹⁸ a reconciliação depois da assinatura do acordo geral de paz não foi notável no ponto de vista político porque, sempre acusaram-se. Os políticos esqueceram-se sobre os efeitos da guerra no país ate o ponto de não pautarem pelo espírito de reconciliação entre todos os políticos, inclusive os dois beligerantes que se envolveram em guerra. Somente na sociedade civil pode se notar que essa reconciliação teve o espaço na consciência do povo, porque no meio deles difícil distinguir quem é RENAMO e quem é FRELIMO

¹⁸ Entrevista com membro da delegação do governo nas negociações gerais de paz em Roma em 18 de Maio de 2014

A2 “(...)”¹⁹ a paz tem como condimento o diálogo e a reconciliação nacional. Esses valores devem ser cultivados e perpetuados para garantir este bem precioso. Depois da assinatura do AGP não houve seguimento dos princípios da manutenção da paz.

Na visão dos dois entrevistados, apesar de fazerem parte de Delegações opostas no processo negocial do AGP assinado em ROMA, são unânimes em afirmar que depois da assinatura do AGP, no país não houve a reconciliação entre as partes, após o fim da guerra. No entanto a falta do diálogo permanente da espaço ao reaparecimento de conflitos que já haviam sido ultrapassados, tal como aconteceu em Moçambique, entre o governo e o partido RENAMO que depois de passarem cerca de 20 anos de paz tornou a surgir o fenómeno da guerra e da violência como fruto da intolerância política e da falta da cultura de diálogo permanente.

De acordo com Bouene (2005) o período de reconciliação nacional que se iniciou num novo contexto mundial de ausência da Guerra fria, mas com outro cenário de entendimentos políticos entre Estado, gera expectativas de progresso e criação de ambiente de bem-estar em populações.

Contudo, é importante que haja um diálogo permanente com vista a garantia de uma paz duradoura e a abertura de espaços de reconciliação nacional por meio da comunicação permanente, discussão e debate de assuntos públicos sem medo nem ambiguidade, reafirmação do pluralismo político.

Depois de uma guerra que devastou o país, semeando luto os moçambicanos devem pensar na reconciliação que consiste na reconstrução sócio - psicológica pós conflito que passa pela reconstrução de identidade onde há espaço do reconhecimento da dignidade do outro. Também este pode ser um processo que passa necessariamente na compreensão das raízes mais profundas do conflito, tais como as desigualdades sociais e económicas entre as sociedades em geral divididas. Isto é, exigem da participação activa da sociedade no sentido de antecipar um futuro partilhado.

¹⁹ Entrevista com o chefe da delegação da RENAMO nas negociações gerais de paz em Roma no dia 25 de Setembro de 2014

Já para os membros do conselho cristão de Moçambique, são de opinião de que houve um desleixo total das partes envolvidas na assinatura do AGP de Roma, que não pensaram na manutenção da paz através do diálogo para a reconciliação, situação que pode contaminar as gerações vindouras, tal como refere o entrevistado C”

CI“(…).²⁰ Depois da assinatura de acordo de paz, houve desleixo nos temas sobre a reconciliação, este que constitui um instrumento para assegurar a manutenção da paz (...) os intervenientes da paz estão, a se ensinar mal a nova geração, que pode ver como sendo normal enveredar pelo espírito guerreiro e não pelo pacifista perante a existência de um conflito entre irmãos.

Os membros das confissões religiosas em Moçambique têm acompanhado o desenrolar da situação de paz e estabilidade política dos pais desde a assinatura do AGP aos nossos dias, uma das observações feitas por este organismo é o medo de contágio do espírito de violência, da vingança e do ódio para as novas gerações

No entanto conclui-se que as partes signatárias do AGP cometeram falhas graves, ao não promover o espírito de a reconciliação nacional através do dialogo permanente, não só para prevenir a nova guerra, mas também como um acto para o ensinamento dos outros países do mundo e das gerações vindouras, para permitir a reconstrução social de Moçambique após uma guerra devastadora que semeou milhares de lutos. A reconciliação é um pilar que envolve toda a sociedade, na garantia da estabilidade política e económica.

4.1.1 As Falhas na implementação do AGP

Depois da assinatura do AGP em 4 de Outubro de 1992 as partes envolvidas comprometeram-se em cumprir com as clausulas colocadas a mesa, mas durante muito tempo as partes sempre acusam-se mutuamente de não estarem a cumprir escrupulosamente os acordos assinados em Roma.

²⁰ Entrevista com membro do conselho cristão de Moçambique no dia 28 de Julho de 2014.

Para o protocolo IV no seu N° 2, que fala das questões militares que previu a constituição de um exército único, constituído por elementos do Governo e da RENAMO. As partes acordaram que os efectivos das FADM seriam de 50 % provenientes das FAM²¹ e os outros 50% provenientes da RANAMO (AGP, 1992)²²

Face a esta situação a RENAMO acusa o governo de não ter cumprido com este protocolo, pelo facto de, depois de integrados os elementos da RENAMO no exército terem sido desmobilizados em massa, e que a sua maioria não ocuparem cargos de chefia.

Sob o ponto de vista de implementação do AGP alguns dos entrevistados que foram membros das delegações da assinatura de Paz em Roma por parte da RENAMO afirmam que institucionalmente nada falhou, mas na implementação não foram cumpridos os acordos principalmente no ponto sobre os assuntos militares que não foram respeitados, tal como refere o discurso do entrevistado a seguir:

AI (...) ²³De ponto de vista institucional nada falhou, mas apenas a implementação de tudo que foi acordado é que não foi justa e honesta. As divergências surgem por não respeitar o acordo geral de paz contendo todos os protocolos que regulam o exercício da Governação de pós conflito. No acordo estava previsto divisão equitativas das Forças Armadas com o efectivo de 30mil total das FADM, sendo 15mil cada lado e não se verificou.

Contrariamente a afirmação do entrevistado acima que é membro da delegação da RENAMO nas negociações para a assinatura do AGP em Roma, um outro entrevistado, que por sinal é membro do Governo na assinatura do AGP, este é de opinião de que os AGP foi e esta sendo cumprido, uma vez que, logo após a assinatura houve um cessar-fogo imediato e as pessoas e bens começaram a circular, apenas a RENAMO é que politicamente afirma que não esta sendo cumprido pelo facto de não aceitar as derrotas nas eleições, tal como referem um dos entrevistados que é membro do governo.

²¹ Forças Armadas de Moçambique

²² Lei 13/92, Boletim da Republica serie I, n° 42 2 ° suplemento de 14 de Outubro de 1992 Documento que pública o AGP assinado em 1992 em Roma.

²³ Entrevista com o membro da delegação do governo nas negociações gerais de paz em Roma em 18 de Maio de 2014

A3 (...) ²⁴. Os acordos de Roma não tiveram nenhuma falha de implementação, apenas Existem falhas sob concepção política da RENAMO, já que ele não aceita a derrota nas eleições e sempre alega ter havido fraudes, a partir da, profere ideias de que o AGP não esta sendo cumprido.

Para o conselho cristão de Moçambique este é de opinião de que a integração social dos homens vindos da guerra tanto do Governo assim como da RENAMO não foi plena, o que se verificou logo após a assinatura do cessar-fogo, foi um esquecimento total destes homens, não foram acautelados os subsídios de reinserção social, houve muitos mutilados de guerra que nem se quer recebem as suas pensões.

De acordo com o AGP (1992) no protocolo VI referente no ponto 3 sobre a reinserção económica e social, considera que a reintegração económica e social dos militares desmobilizados (subsídios de desmobilização, formação técnica e, ou profissional transportes etc) dependera dos recursos disponibilizados no âmbito da conferência de doadores.

Neste pondo pode-se perceber de que na forma como foi articulado, era para dar uma justificativa sobre o não cumprimento, uma vez que, envolvia os doadores para a fixação de pensões para os desmobilizados de guerra. Esta foi uma manobra do governo para atribuir condignamente as pensões dos desmobilizados. Em princípio o governo é responsável a partir da sua renda Nacional, atribuir pensões aos seus concidadãos sem recorrer aos doadores. É neste âmbito que o conselho cristão de Moçambique afirma que existiram falhas na implementação do AGP, tal como refere o discurso do membro do conselho cristão de Moçambique.

C2 (...) ²⁵ Houve falha na implementação do AGP principalmente na integração social e económica Homens desmobilizados de guerra, desde que foi assinado o AGP até então verificam-se reclamações por parte dos desmobilizados que exigem a fixação duma pensão.

²⁴ Entrevista com o participante das negociações de Roma no lado do governo em 12 de Maio de 2014.

²⁵ Entrevista com um membro do conselho cristão em 28 de Julho de 2014, na cidade de Maputo

Fazendo uma análise dos discursos acima, pode-se depreender de que as partes signatárias do AGP tentam acusar-se mutuamente sobre o cumprimento dos termos de referência dos pontos acordados no AGP, mas que na verdade, olhando por aquilo que constitui a génese de abordagem dos assuntos referentes a assinatura dos acordos de paz, pode-se perceber que alguns pontos não foram cumpridos principalmente no protocolo IV sobre os assuntos militares, onde, de 1994 para cá tem-se verificado uma desmobilização em massa dos Homens da RENAMO, e verifica-se ainda que a maior parte destes não ocupam cargos de chefia nas FADM.

A chamada reforma compulsiva, que a RENAMO queixa-se de ser vítima, esta é exclusivamente para RENAMO, a reforma atinge ambas partes, tanto para o governo assim como para a RENAMO. As FADM são uma entidade que deve ser preenchida por pessoas com capacidade do conhecimento que permita exercer as suas funções eficientemente. É preciso saber que forças armadas de ambas partes são seres humanos cujas suas idades estão em movimento crescente que numa determinada idade pode não estar capacitado em dar continuidade com aquilo que vinha fazendo. Sendo assim, há uma necessidade de reformar os que já não tem idade e preencher os lugares pelos novos homens.

O outro protocolo que não está sendo cumprido é o VI que fala sobre a inserção social e económica, em que até hoje se verificam manifestações de desmobilizados de guerra exigindo a fixação de pensões condignas que vão ao encontro com o custo actual de vida do país.

Esta e outras situações têm sido as causas do reacender do conflito entre a RENAMO e o Governo e que a chegada de soluções por via do diálogo está a se tornar difícil devido a falta de sentimento popular e a intolerância política das partes que pouco se importam com as mortes que ocorrem, devido ao conflito armado em alguns pontos do país.

No entanto pode-se depreender que o diálogo no processo de pacificação e de Reconciliação para a garantia da paz em Moçambique, não tem sido permanente desde 1992, altura da assinatura do AGP, existiram lacunas na gestão da paz, por causa da falta de diálogo permanente por parte dos assinantes. Apesar desta ruptura na criação de espaços para o diálogo em Moçambique, o diálogo demonstrou ser o mecanismo eficaz e eficiente para a

resolução de conflitos, particularmente para o fim da guerra dos 16 anos, que terminou graças ao diálogo.

Por um lado, pode-se depreender que os vencedores das eleições de 1994 concentraram as suas atenções no exercício do poder, o que era legítimo, porém, aquele exercício do poder político conquistado, não deu a devida continuidade da implementação do AGP, num momento em que ainda existiam muitas “feridas abertas” pela guerra, que careciam de uma atenção especial. Por outro lado, os vencidos, e com o isolamento político a que estiveram votados, ficaram “marginalizados” e impedidos de participar no processo de reconciliação nacional, bem como de reconstrução nacional.

Relativamente às falhas na implementação do AGP, constatou-se que, efectivamente, aspectos essenciais constantes do AGP não foram implementados, com destaque para o Protocolo IV, Nº relativo aos assuntos militares. Contrariamente ao acordado, os militares da RENAMO integrados nas FADM não corresponderam aos 50%, para além de que em outros sectores de segurança do Estado os homens da RENAMO não foram integrados.

Em vários momentos, a RENAMO foi manifestando a sua insatisfação pelo facto de o Governo não ter cumprido com o acordado e não houve, pelo que se sabe, iniciativas governamentais no sentido de corrigir os erros identificados na implementação do AGP. Pelo contrário, as falhas de implementação do AGP foram agravadas com reformas antecipadas dos militares da RENAMO que tinham integrado nas FADM. Este processo provou enorme descontentamento e fez com que se concluísse que o exército voltaria a responder apenas as ordens do partido governamental.

4.2 A influência dos diferentes tipos do diálogo no processo da Reconciliação em Moçambique

Antes da adopção da democracia multipartidária em Moçambique, o diálogo político e social era exercido apenas no formato do partido único instalado em 1977, no terceiro congresso da FRELIMO. Nesta altura, o diálogo era feito através de comícios populares, reuniões de organizações sociais do partido FRELIMO como, por exemplo, a Organização da Mulher Moçambicana (OMM), Organização da Juventude Moçambicana (OJM) e Organização dos

trabalhadores. Além disso, realizavam-se reuniões de mobilização de massas e nos grupos dinamizadores.

Com a assinatura do AGP e, entrada em vigor da democracia multipartidária e pluralista através da Assembleia da República foram criados mais espaços de diálogo para a manutenção da paz e reconciliação Nacional, que se iniciou em 1994 com a realização das primeiras eleições presidenciais.

“O Multipartidarismo é um fenómeno bastante recente em Moçambique e, desde as primeiras eleições multipartidárias em 1994, a vida política do país tem sido dominada pela RENAMO e FRELIMO. Entretanto, se é verdade que o cenário político moçambicano é ainda marcado pela bipolarização, não menos verdadeiro é o facto de que a FRELIMO tem, gradativamente, ampliado seu domínio e hegemonia política (AFIMARP e OSISA 2009: 11)”

Nas eleições multipartidárias de 1994, a FRELIMO ganhou a maioria dos acentos parlamentares com 129 seguido da RENAMO com 112. Desta forma, a guerra deixou de ser um instrumento político e os antigos beligerantes substituíram a arma de fogo pela arma do diálogo. Esta situação foi fortificada com a realização regular das eleições gerais, em 1999, 2004 e 2009. Em todas estas eleições o diálogo político parlamentar serviu para diminuir suplantando a democracia apesar de certos discursos de parlamentares principalmente os da RENAMO tenderem para a incitação à violência, tal como refere um dos entrevistados.

BI²⁶ (...) O diálogo político na Assembleia da República tem melhorado bastante de legislatura para legislatura, uma vez que, os deputados integram comissões que têm como fim a dinamização do desenvolvimento do país (...) os discursos tendentes a violência tem reduzido bastante.

Depois das eleições de 1999, o diálogo ao nível parlamentar registou uma redução bastante notável de discursos belicistas. A FRELIMO com 133 acentos e RENAMO com 117 reduziram os discursos belicistas, mas não eliminaram práticas de acusação mútua, sempre procurando fazer dentro das regras do jogo democrático.

²⁶ Entrevista com Deputado da Assembleia da República de Moçambique pela bancada da FRELIMO, no dia 12 de Agosto de 2014, em Maputo.

Neste período, o parlamento tinha como vontade de mostrar ao povo que o país nunca mais retornaria a guerra, principalmente depois de se ter registado os incidentes violentos em que morreram cerca de 100 pessoas, em Montepuez²⁷, ligados a contestação dos resultados eleitorais por parte da RENAMO (AFIMARP e OSISA 2009).

Já em 2004, a FRELIMO ganhou 160 acentos e a RENAMO-União Eleitoral ocupou 90. Nesta altura, o diálogo político voltou a ser mais acentuado. Primeiro porque o ano de 2004 marcou a celebração dos 10 anos de assinatura do AGP. Além disso, este ano foi importante para o diálogo político porque a FRELIMO e a RENAMO União Eleitoral aprovaram a nova constituição de 2004 por consenso.

Em 2009, o diálogo político parlamentar passou a contar com uma nova força política designada Movimento Democrático de Moçambique (MDM). Este facto que veio quebrar o monopólio ou bipolarismo no debate político aumentando deste modo o raio de discussão dos assuntos do povo na Assembleia da República.

C3²⁸(...) A entrada de uma nova força política na assembleia da república em 2009 trouxe uma nova abordagem dos assuntos na Assembleia da República, apesar do partido FRELIMO continuar com maior poder de decisão devido a sua maioria nos acentos parlamentares.

O voto maioritário da FRELIMO na aprovação de leis na Assembleia da República, em algumas situações tem criados alguns constrangimentos a verdadeira democracia multipartidária, uma vez que mesmo que os outros membros não aprove a lei, o voto maioritário da FRELIMO faz juízo para todos não, havendo deste modo uma necessidade de contestação, mesmo que seja justa.

²⁷ Em Novembro de 2000, quase cem pessoas morreram por asfixia numa cela da polícia superlotada, em Montepuez, na província de Cabo Delgado. As mortes seguiram-se à detenção de apoiantes da RENAMO-UE, após vários dias de confrontos com a polícia durante protestos devido a alegadas fraudes eleitorais, em que faleceram cerca de quarenta pessoas (incluindo alguns polícias) LDH (2005).

²⁸ Entrevista com membro da sociedade civil em 16 de Julho de 2014, em Maputo

4.2.1-Diálogo ao nível municipal

A criação da descentralização e a introdução das eleições municipais, em 1998, veio alargar e consolidar a institucionalização de espaços para debate político. Assim, desde 1998 até 2014, Moçambique realizou 4 eleições municipais (1998, 2003, 2008 e 2013) nas quais os municípios passaram a ser espaços de diálogo que obrigavam os partidos políticos e a sociedade no geral a discutir os seus problemas locais nas instituições apropriadas (Forquilha, 2009).

Entretanto, nas primeiras eleições municipais, a RENAMO não participou o que reduziu o espaço de diálogo entre os antigos beligerantes, mas o medo de retorno a guerra já tinha começado a desaparecer. Esta situação ficou mais fortificada quando a RENAMO participou nas eleições de 2003 e ganhou a presidência de alguns municípios, Beira, Marromeu, Nacala-Porto, Ilha de Moçambique e Angoche. Além disso, o MDM também contribuiu no alargamento e fortificação do diálogo municipal ao ganhar eleições na Beira, em 2008 e em 2013. Em Quelimane, nas eleições intercalares de 2011 e em 2013, bem como em Nampula e Gurué, em 2013.

B2 (...) ²⁹ A partir das eleições autárquicas de 2003, o espaço político para o diálogo se alargou, principalmente com a vitória da RENAMO em algumas autarquias do país bem como o surgimento do MDM como a terceira maior força política.

Apesar da institucionalização do diálogo político parlamentar, olhando para a própria realidade moçambicana, podemos constatar que o diálogo não é abrangente e não se realiza de forma permanente fora da Assembleia da República. O diálogo apenas faz-se sentir quando há uma situação que periga a vida política e social dos moçambicanos, como foram os casos de 1994 depois de Afonso Dhlakama ter ameaçado não participar nas eleições, em 1999 na altura da tensão política que se registou com as ameaças da RENAMO de incendiar o país, de queimar o país ou de dividir a partir do rio Save e depois com o retorno a guerra em 2013.

²⁹ Entrevista com deputado da assembleia da Republica pela bancada da RENAMO, no dia 25 de Agosto de 2014 em Maputo.

Apesar das acusações pela parte da RENAMO sobre roubo de votos, o presidente Joaquim Chissano sempre teve a paciência de escutar e salvaguardar um diálogo permanente com o líder da RENAMO e mantinham sempre encontros de auscultação o que não aconteceu com o presidente Armando Guebuza, situação que fez com que em muitas ocasiões o líder da RENAMO proferisse palavras de violência, tal como refere um dos entrevistados que é membro da delegação do governo nas negociações de ROMA.

A1³⁰ (...) Com o presidente Chissano existiam encontros regulares para auscultar as opções governativas do líder da RENAMO” mas com o presidente Guebuza são raros esses momentos, por isso que o líder da RENAMO recorre a discursos belicistas, é preciso ter uma liderança que adopta uma atitude de tolerância, paciência e coragem.

Fazendo uma análise do discurso acima pode-se depreender de que a cultura de intolerância política e arrogância por parte dos dirigentes, pode perigar a manutenção da paz e a reconciliação Nacional, tal como aconteceu durante os anos de 2012 à 2014 em que se verificou um ressurgimento do conflito armado entre Governo e a RENAMO, situação que condicionou a circulação de pessoas e bens em algumas regiões do país principalmente no troço Save-Muxungue na província de Sofala e Inhambane.

4.2.2-Diálogo político-social

Depois do AGP e a insistência na governação democrática, Moçambique alargou os espaços de diálogo político as esferas não políticas. Noutros casos misturou o diálogo político com actores não políticos.

O Informe sobre o Estado da Nação de 2013 fala de encontros que a governação política realizados com as organizações locais da sociedade civil, organização juvenis, organização empresariais, encontros com os membros das estruturas administrativas das localidades e dos postos administrativos, em sessões alargadas aos membros dos Conselhos Consultivos, a presidência aberta e Assembleia da República³¹

³⁰ Entrevista com membro do governo nas negociações de Roma no dia 18 de Maio de 2014

³¹ Informação Anual do Chefe do Estado (2013). *Unidade Nacional, Paz e Democracia*.

No contexto da governação o diálogo teve lugar nos fóruns institucionalizados, tais como: Conferência das Associações Económicas, Fórum de Consulta Sobre Terras, Comissão Consultiva do Trabalho, Comissão da Administração Pesqueira, Conferência das religiões, Fórum Nacional do Mecanismo Africano de Revisão de Pares, do Observatório de Desenvolvimento, da Comissão da Mediação e Arbitragem Laboral, dos Centros Multimédia e do Fórum de diálogo com os parceiros de desenvolvimento.

Os fóruns não políticos também são abrangentes. Envolvem muitos tipos de organizações não governamentais que partilham o mesmo espaço com os partidos políticos através de seminários, mesas redondas e reuniões institucionalizadas como as que ocorrem na comissão Consultiva de Trabalho e nos observatórios de desenvolvimento. Estes espaços tem possibilidade de colocar-se os vários problemas da sociedade e dessa forma levantar-se soluções conjuntas de modo a que as pessoas produzam ideias para a paz por via do desenvolvimento.

Entretanto, existem opiniões que defendem que a existência de espaços de diálogo não é suficiente para garantir a pacificação. É preciso que o diálogo seja permanente e efectivo. É preciso que os políticos cooperem até ponto de dignificar o diálogo como instrumento da vontade política, tal como refere o entrevistado C que membro da RENAMO nas negociações da paz em Roma.

A2³² (...) A ausência do dialogo numa sociedade que cujo seu passado histórico é de guerra, cria uma instabilidade politica e até mesmo o retorno a guerra. O diálogo é um meio de prevenção de tensão, a partir do ponto de vista que é permanente.

A questão apresentada pelo entrevistado tem sempre solução, quando o diálogo como um estágio inicial do processo de pacificação esteja presente. Enquanto o diálogo não existir no seio da sociedade, facilmente o país entra em crise de relacionamento político e culminando com o conflito. Um outro entrevistado que é membro da sociedade civil afirma que o diálogo é

³² Entrevista com o Chefe da delegação da RENAMO nas Negociações da paz em ROMA no dia 25 de Maio de 2014.

uma necessidade social e obrigação política para a manutenção da paz e reconciliação num país que esteve mergulhado em guerra.

C4³³ (...)“*O diálogo é uma necessidade social e uma obrigação política. O país saído de guerra havia necessidade de diálogo permanente. (...) Por exemplo, Chissano tinha encontros de tentativa de diálogo permanente. Durante um tempo faltou o diálogo e os efeitos são visíveis*”.

Assim, em 2012, o diálogo político-social para a pacificação sofreu um abalo porque a guerra voltou a ser instrumento político. Foi impossível assegurar a existência de um diálogo pautado pela manutenção da paz na medida em que a desconfiança entre os políticos. Desde 1994, altura em que se realizou as primeiras eleições, o povo obteve o primeiro governo eleito democraticamente, as desconfianças agudizaram-se. Nesta situação tornava-se difícil acreditar num diálogo construtivo ou efectivo, dotado de um espírito de pacificação, onde os políticos não têm boas relações.

Além disso, o entrevistado “A” afirma que o fundamento para a existência de um diálogo efectivo e que traga resultados para o cidadão é necessário que se observe a redistribuição equitativa da riqueza nacional a todos os intervenientes da Nação, através do envolvimento de todos no desenvolvimento do país, a construção de infra-estruturas socioeconómicas e melhoria na provisão de serviços básicos ao cidadão.

C5(...)³⁴*A redistribuição equitativa da renda Nacional é um imperativo para a manutenção da paz e reconciliação Nacional, devendo se construir infra-estruturas sócio económicas e melhorar a provisão de serviços básicos ao cidadão.*

O discurso acima releva a ideia da redistribuição da riqueza nacional como um das formas de garantir a manutenção da paz e da reconciliação Nacional, sobretudo, na reconstrução de infra-estruturas sociais e económicas e a provisão de serviços públicos, em muitos casos faz-se uma interpretação errada sobre o termo redistribuição da riqueza, pensando-se que é pegar em

³³ Entrevista com membro da sociedade civil em 20 de Maio de 2014, em Maputo.

³⁴ Entrevista com membro da sociedade civil, em 28 de Agosto de 2014, em Maputo

dinheiro e começar a distribuir para a população. Essa forma de interpretar o termo cria convulsões sociais principalmente quando se trata de indivíduos pouco esclarecidos.

No entanto pode-se depreender que, com a assinatura do AGP e, entrada em vigor da democracia multipartidária e pluralista através da Assembleia da República foram criados mais espaços de diálogo para a manutenção da paz e reconciliação Nacional, que se iniciou em 1994 com a realização das primeiras eleições presidenciais.

A Assembleia da República (AR) é o local, por excelência, onde os partidos políticos deviam promover a cultura de diálogo construtivo e reconciliação nacional. Todavia, nem sempre os partidos políticos com assento na AR têm transmitido mensagens positivas à sociedade, do ponto de vista de reconciliação nacional. A entrada do MDM na AR veio quebrar a bipartidarização do Parlamento moçambicano pela FRELIMO e pela RENAMO, embora estes continuem sendo os partidos mais influentes.

Os processos de descentralização do poder, nomeadamente o processo de municipalização, têm criado espaço para a participação de novos actores políticos, concorrendo para a manutenção da paz e reconciliação nacional, através de uma maior participação política de diferentes partidos na busca do seu bem comum.

Assim, a medida em que os partidos políticos vão se alternando na gestão dos municípios aumentará o sentido de reconciliação, no sentido de que não há partidos pré-destinados para governar, qualquer um podem o fazer, desde que esteja bem preparado. Assim, poderá reduzir o sentimento de exclusão e reforçar-se-á o sentido de reconciliação nacional e todos temos espaço para exercer o poder.

4.3 Diálogo Político no Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano

Numa segunda vaga de violência que se registou desde 2012 quando o líder da RENAMO decidiu voltar para as matas da cerra da Gorongosa, foi instituída uma nova fase do dialogo politico que visava por fim as hostilidades militares que tinham lugar em alguns pontos do país, com destaque para a província de Sofala concretamente no troço Muxungue-rio Save em

que as viaturas o movimento de viaturas era executado pelo método de escolta, condicionando deste modo a circulação de pessoas e bens.

O primeiro encontro, que sinalizou uma vontade de diálogo entre as duas individualidades, teve lugar no dia 10 de Dezembro de 2011, na cidade de Nampula. No fim do encontro, o presidente Dhlakama disse que foram discutidos vários assuntos de índole política, social e económica³⁵. O líder da Renamo “considerou que a conversa foi boa porque o Presidente da República ouviu e tomou nota sobre todas as questões tratadas, tendo-se chegado ao consenso de criar equipas de trabalho que iriam tratar dos assuntos que preocupavam a RENAMO”. Afirmou ainda que houve consenso de que seriam criados grupos de trabalho constituídos por representantes do Governo e da Renamo para prosseguir com diálogo, de forma a resolver problemas do país.³⁶

Segundo se soube pela imprensa, o líder da RENAMO teria discutido com o Presidente da República sobre a problemática das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), onde quase todos oficiais da RENAMO advindos do AGP foram alegadamente tirados, ficando apenas os da FRELIMO. Soube-se ainda que os que ficaram lá são usados apenas como ajudantes dos comandantes da FRELIMO. Outros assuntos discutidos foram a alegada partidarização do Aparelho do Estado e questões económicas, com destaque para os mega-projetos os quais, segundo a RENAMO, apenas beneficiam os membros da FRELIMO (*ibid*).

A realização deste encontro provocou muita euforia para a população moçambicana, dada a possível redução de ameaças que o líder da RENAMO vinha proferindo, sobre a sua intenção de tornar o país ingovernável e instável. Todavia, o encontro de Nampula não teve os efeitos esperados devido à falta de seguimento e o tom de ameaças continuou.

É neste âmbito que os dois líderes voltaram a se encontrar, em Nampula, no dia 15 de Abril de 2012. Este segundo encontro surgiu também a pedido do líder da RENAMO, tendo durado duas horas. No final do encontro, apenas o líder da RENAMO é que prestou declarações à

³⁵ Jornal Notícia No 28357 do dia 10 de Dezembro 2011.

³⁶ Jornal Notícia Nº 29115 de 23 de Maio de 2014

imprensa, mas pouco avançou dos resultados ou compromissos assumidos com o presidente Guebuza.

Afonso Dhlakama líder da RENAMO, destacou como um ganho do encontro o facto de ter trocado números de telefone com Guebuza e ter tido a permissão de ligar para o Presidente da República sempre que pretender, tendo acrescentado, visivelmente emocionado, o seguinte:

“Como sabem, era muito difícil encontrar-me com o meu irmão Armando Guebuza. Era pessoa que inicialmente dizia que nada havia a falar com o líder da oposição. Este encontro, que é o segundo, significa uma viragem, que é boa para toda a sociedade moçambicana, sobretudo jovens, porque estamos à procura de soluções para problemas que afectam a sociedade civil (...). Trocámos números de telefone.”³⁷

Tal como sucedera no fim do primeiro encontro entre o presidente Guebuza e o líder da Renamo, ficou a ideia de que as diferenças tinham sido ultrapassadas e encontrada uma plataforma comum, permanente e sustentável, para a manutenção do diálogo político e consolidação da paz. Porém, uma vez mais, não houve acções concretas de seguimento deste entendimento, frustrando deste modo, as expectativas dos moçambicanos em ter uma paz efectiva, pois, seguiu-se um verdadeiro distanciamento entre as duas lideranças e assistiu-se ao retorno das ameaças à paz, do lado da RENAMO.

Esta situação é explicada pelo facto de se ter registado uma falha na definição de mecanismos claros para a resolução de problemas supervenientes no processo de governação, sobretudo quando se tem em conta que a Comissão responsável pela garantia da implementação das disposições contidas no AGP e pelo entendimento entre as duas partes, no espírito dos Acordos de Roma, foi extinta logo após a tomada de posse do governo saído das eleições de 1994. Esta situação fez com que aquelas questões que necessitavam de seguimento e monitoria no âmbito da sua implementação, como as questões militares ficassem, em parte, dependentes da vontade do vencedor das eleições de 1994.

³⁷ Discurso do líder da RENAMO, após o encontro em Nampula com Amando Guebuza presidente da República de Moçambique

Para Raul Domingos, chefe da delegação da RENAMO e da extinta comissão de monitoria e avaliação da implementação do AGP deixou assuntos que requeriam acompanhamento e que o Governo saído das eleições de 1994 prosseguiu com a implementação do AGP sem contar com a parte da RENAMO, tal como ele refere:

A2 (...) ³⁸Para a efectivação na implementação do AGP deveria ter-se sido criado um mecanismo institucional para fazer o acompanhamento do processo de transição democrática à luz do AGP e não deixar todo o processo ao “belo prazer” do Governo da FRELIMO o que resultou no isolamento paulatino da RENAMO.

O entrevistado sublinha igualmente que, após a cessação da comissão de monitoria da implementação do AGP, deveria ter sido criado um outro formato de monitoria que assegurasse o engajamento das duas partes na transformação do conflito. Nesta linha de análise, sublinha-se que as instituições criadas após a tomada de posse do Governo saído das eleições de 1994, tal como é exemplo a Assembleia da República – esta que serviu como representação da nova plataforma multipartidária de participação política e de tomada de decisão, serviu ainda para a demonstração sobre a inclusão política e social que se pretendia e, a relevância da sua tarefa de prosseguir com o processo de implementação do AGP e fiscalização do exercício do poder executivo num contexto democrático.

No novo contexto político, e à luz da nova Constituição, não havia espaço para uma outra instituição suprema para fiscalizar o processo governativo que não fosse a Assembleia da República e as instituições de justiça. É neste sentido que desde a tomada de posse do Governo liderado por Joaquim Chissano, em 1994, o diálogo político foi desenvolvido em sede do Parlamento, como forma de salvaguardar o entendimento que norteou a assinatura do AGP.

Entretanto, há que sublinhar que as dificuldades que se registaram na reconciliação política continuaram a ameaçar a paz. É nesta perspectiva que foi possível testemunhar, mesmo ao nível da Assembleia da República, uma forte troca de acusações tendentes a destruir o estado

³⁸ Entrevista com o chefe de delegação da RENAMO nas Negociações de ROMA, no dia 25 de Maio de 2014

de paz e a chamar a consciência social para situações de possível violência armada. Os actores políticos não conseguiram manter e defender firmemente o espírito de paz que caracterizou as suas relações aquando da assinatura dos Acordos de Roma.

O Resultado desta situação foram as ameaças de violência da RENAMO que foram se reproduzindo e ganharam contornos alarmantes que acabaram alimentando as condições que explicam a confrontação militar entre os homens daquela formação política e as Forças Armadas assim como a Polícia, que teve o seu início a 4 de Abril de 2013 em Muxúngue³⁹.

Iniciadas as negociações no CICJC⁴⁰, as duas equipas negociais apresentavam figuras novas, comparadas com aquelas que estiveram directamente envolvidas nas negociações de Roma. O formato foi totalmente diferente da “fórmula de Roma”. Estas iniciaram sem envolvimento de mediadores, nem observadores, nem facilitadores, isto foi muito bom porque demonstrou maturidade entre as partes.

Por exigência da RENAMO, foram aceites como observadores nacionais as seguintes personalidades: Dom Dinis Sengulane, Arcebispo da Diocese dos Libombos, Lourenço do Rosário, Professor e Reitor da Universidade Apolitécnica, Padre Filipe Couto, da Igreja Católica, Reverendo Anastácio Chembeze, da Igreja Metodista, e Xeque Saíde Abibo, da Comunidade Muçulmana. Destas figuras, apenas Dom Dinis Sengulane esteve envolvido nas buscas pela paz, nos anos 80⁴¹.

Estas figuras, por serem observadores, a sua actuação nas negociações do CICJC, segundo se sabe, não íamos além da mera observação das duas partes. Comparando com o processo comercial que levou aos acordos de Roma, onde apesar de terem iniciado a sua actuação como observadores, eles evoluíram para o estatuto de mediadores, aceites pelas duas partes, o que lhes conferiu maior poder de actuação na busca de consenso, procurando persuadir as partes a concentrarem-se nos aspectos que os uniam, em relação aos aspectos que os divergiam.

³⁹ Jornal Noticias nº 28.769 do dia 5.04.2013

⁴⁰ Centro internacional de conferências Joaquim Chissano

⁴¹ Jornal Noticia No 29115 de 23 de Maio de 2014.

É nesta perspectiva que se pode afirmar que há poucas semelhanças entre as actuais negociações e as realizadas em Roma, embora envolvam os mesmos actores principais, senão vejamos: as negociações iniciaram sem o envolvimento de terceiras partes, tem lugar no território nacional e tensão política com alguns contornos militares. Muito provavelmente, por causa destas e outras razões, houve um optimismo exagerado, fazendo crer que as partes se entenderiam com muita facilidade.

Segundo o entrevistado C6⁴², a falta de confiança entre os partidos acabou originando [o retorno] a guerra. Na sua perspectiva, [...] os políticos desconfiam-se e acusam-se. Desta forma, não pode haver paz. Assim, esta é uma guerra que surge com base na ausência de entendimento e respeito entre eles. Se dialogassem julgo eu que não haveria guerra porque é no diálogo onde cada um podia expressar o seu sentimento para chegar-se a um consenso. Acho que é preciso intensificar-se o diálogo para por de lado a guerra que começou

As circunstâncias, porém, provaram que a delegação governamental optou por uma estratégia pouco eficaz, optando, numa primeira fase por um discurso de pouca abertura política, justificando que o acordo de Roma tinha sido incorporado na íntegra na Constituição e que a sua menção desvirtuava a essência das actuais negociações.

A RENAMO, sendo um partido que, até a actualidade, tem em sua posse armas e disponibilidade de efectivos militares capazes de provocar instabilidade, optou pela via da desestabilização para conseguir os seus ganhos na mesa de negociações. Ora, o Governo, sabendo desta situação, poderia ter -se preparado melhor antes das negociações. Provavelmente, alguns elementos da “fórmula de Roma”, podiam ter sido eficazes, de igual modo, ter evitado os danos provocados por ataques protagonizados pelos homens armados da RENAMO. Em Roma, o sucesso das negociações, não se deveu apenas a um único caminho, ou seja, recorreu-se a uma multiplicidade de estratégias que procurou buscar a criação de uma plataforma comum do diálogo e, acima de tudo, as negociações foram de tipo integrativas. Tal como refere o entrevistado C que é membro negociador do AGP em Roma por parte da FRELIMO

⁴² Entrevista com membro da sociedade civil, no dia 20 de Maio de 2014

C7(...)⁴³ Para se negociar o AGP não foi fácil, foi preciso que as partes envolvidas tivesse uma serie de encontros de modo a integrar as vontades de ambas as partes, mas finalmente houve um reconhecimento da causa nacional que é a paz e as partes assinaram.

É de recordar que em Roma, apesar da existência de mediadores aceites pelas partes, foram necessárias outras vias de negociação como, por exemplo, encontros secretos entre as lideranças, participações directas e indirecta de outros actores com poder de influência às principais partem em conflito, secretismo no tratamento de assuntos sensíveis entre as duas partes.

Ora, no CICJC, parece que as negociações não buscaram inspiração nos longos e sinuosos caminhos de paz de Roma. Não obstante a diferença de contexto, parece que algumas estratégias de negociação de Roma poderiam ser aplicáveis nas actuais negociações, nomeadamente: maior compromisso e dedicação directa das lideranças, e busca de soluções integrativas.

O consenso alcançado sobre o Pacote Eleitoral e a sua posterior aprovação pela Assembleia da República, aconteceu depois de onze rondas negocias fracassadas, com o Governo insistindo que não havia mais nada a introduzir na Lei Eleitoral. Porém, a RENAMO intensificou os ataques na região centro do país, até que o Governo cedeu em relação a este ponto.

Importa ressaltar que o ponto do Pacote Eleitoral tem a ver com a composição da Comissão Nacional de Eleições (CNE), do Secretariado Técnico da Administração Eleitoral (STAE), Recenseamento Eleitoral, Campanha Eleitoral e tratamento dos órgãos de comunicação social públicos e privados, Assembleias de Voto, Delegados de Candidatura, Boletins de Voto, Contagem e sobre o Contencioso Eleitoral. Contudo, é de salientar que o anterior Pacote Eleitoral tinha sido aprovado com a participação da própria RENAMO, facto este que revelou uma certa intransigência das partes no uso do diálogo assim como em fazer cedências.

⁴³ Entrevista com B, membro do governo, no dia 23 de Agosto de 2014

As partes têm ainda por negociar o assunto mais sensíveis de todos, o assunto do desarmamento dos homens armados da RENAMO e a sua integração nas Forças de Defesa e Segurança do país, sendo um assunto de capital importância para a preservação da paz, unidade nacional e democracia.

Após a aceitação da participação de observadores nacionais e internacionais para acompanhar o processo de desarmamento, torna-se necessário o uso de habilidades negociais para que as partes interessadas saiam do CICJC satisfeitas. Para tal, e como sucedera em Roma, os observadores nacionais podiam passar à categoria de mediadores, com o consentimento das partes, o que provavelmente tornaria a resolução dos pontos ainda em discussão mais flexível e reduzir o receio de retorno à guerra.

As negociações de Roma foram ricas do ponto de vista de estratégias de negociação, sobretudo, a negociação integrativa. A publicitação de todo processo negocial à imprensa, pode não ser uma melhor estratégia, pois, nos casos de sucessivos impasses, as partes são pressionadas pelo público, tal como é o caso do Governo, acabando por ter um impacto negativo no processo negocial. Assim, como sucedeu em Roma, os contactos secretos, até ao mais alto nível, são de todo úteis, desejáveis e recomendáveis.

Assim, pode se afirmar que as negociações em curso no CICJC surgem num contexto diferente do das de Roma, todavia, as questões constantes da mesa negocial não são novas, pelo que, as actuais negociações deveriam se inspirar nas de Roma, buscando perceber o caminho que levou à assinatura do Acordo Geral de Paz. Tendo em conta que os últimos acontecimentos político-militares de Moçambique demonstram um certo abandono do diálogo que caracterizou os primeiros anos após a assinatura do AGP, urge então a necessidade de nas actuais negociações ser também acordado um mecanismo de consulta ou diálogo permanente entre as partes, como forma de evitar que as mesmas negligenciem este mecanismo de consolidação da paz.

O entrevistado A2⁴⁴ acrescenta que o AGP previa a institucionalização do diálogo e a reconciliação nacional como garantia de uma paz duradoira, facto que o Governo não prestou muita atenção a este assunto. Para Domingos, não havendo obrigação por lei, o diálogo foi acontecendo em função da vontade da liderança. Tal como refere Aguiar Mazula, durante o mandato de Chissano havia estabilidade política porque este líder convidava Dhlakama para a resolução de determinadas situações, entretanto o mesmo não aconteceu durante o mandato de Emílio Guebuza, facto que ditou que o diálogo fosse retomado por força das armas.

Os dois encontros realizados entre Guebuza e Dhlakama não produziram resultados significativos, pois, para além de não ter sido criada uma equipa de seguimento, não foram contidas as ameaças da Renamo, tendo depois dado início os ataques militares e o assalto à base da Renamo em Gorongosa, aumentando a tensão e desconfiança entre as duas partes, ora em negociação.

O discurso de abertura e disponibilidade do Presidente da República em encontrar-se com o líder da Renamo e resolverem os pontos de divergência, parece não ser suficiente, sobretudo, por não ir além das palavras. Aliás, mesmo perante o esforço feito para os dois encontros acima citados, tem-se notado pouca habilidade diplomática do actual presidente da República em encontrar formas criativas de salvaguardar a paz e estabilidade política.

A opção pela via militar, não se afigurava pertinente, pois, não nos parece existir uma capacidade e condições humanas e materiais, do lado da RENAMO, para levar adiante um conflito generalizado e de longa duração, senão chamar a atenção do Governo para resolução dos chamados “pendentes” do AGP. A resposta do Governo no diálogo político do CICJC foi lenta, pouco eficaz, pois, os argumentos iniciais de recusa a uma série de reivindicações da RENAMO, como a paridade nos órgãos eleitorais, caiu por terra, denotando alguma fragilidade e pouca habilidade negocial da equipa definida. Por outro lado, deu azo à RENAMO para exigir paridade também no comando das Forças de Defesa e Segurança.

⁴⁴ Raul Domingos, Chefe da delegação da Renamo nas Negociações de Roma

No tocante ao diálogo havido no Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano, pode se afirmar que Este teve mérito de, em primeiro plano, ter restabelecido o diálogo político entre dois actores políticos que assinaram o AGP. Em segundo plano, o diálogo teve mérito de ter sido conduzido por actores nacionais. Outrossim, do ponto de vista de assuntos a negociar, é importante sublinhar que não houve novos temas, os assuntos abordados e acordados já eram do domínio público e, a maior parte deles, decorriam das falhas da implementação do AGP.

Importa ressaltar que, enquanto os principais partidos políticos se aproximavam ou se distanciavam, ao nível das organizações da sociedade civil e da população no geral, o diálogo social e a reconciliação foi sempre presente, facto que justifica a não existência de animosidades ou conflitos violentos entre apoiantes de diferentes partidos políticos, exceptuando em momento de campanha eleitoral, onde sempre houve registo de casos isolados de violência entre apoiantes de partidos políticos.

A principal solução que o presente trabalho aponta para a superação dos obstáculos que se colocam na consolidação da paz em Moçambique é a institucionalização do diálogo aberto, franco e construtivo, para que todos moçambicanos possam participar activamente no desenvolvimento do país e tirar os devidos benefícios. O diálogo deve ser uma janela aberta, pronta para ventilar o ar da paz que ajude os moçambicanos a respirar e pensar única e exclusivamente na paz. O diálogo, para que possa efectivamente ser o garante da paz e estabilidade em Moçambique, deverá ser sem estereótipos e, acima de tudo, deve ser integrativo, partindo da premissa de que todos buscam o mesmo fim, o bem-estar.

A consolidação da paz, a estabilidade política e social requerem a preservação do diálogo entre todas as forças vivas da sociedade, não apenas os principais partidos políticos, tendo em conta que em democracia o poder é do povo. É neste sentido que as elites dos partidos políticos devem agir sempre no interesse do povo, não apenas servir-se deste para ascender ao poder e realizar seus objectivos pessoais, mas, buscar o bem comum. Ao se conseguir buscar o bem comum, num contexto de paz, harmonia social e de desenvolvimento económico inclusivo, a democracia moçambicana poderá se fortificar e produzir uma paz efectiva.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a obtenção dos resultados da pesquisa foi formulado um objectivo geral e três objectivos específicos, para cada objectivo específico foi elaborada uma pergunta de pesquisa. Para o primeiro objectivo que era de descrever o papel do diálogo no processo de pacificação e de Reconciliação para a garantia da estabilidade política de Moçambique, foi formulada a seguinte pergunta de pesquisa, *como é que o diálogo pode garantir a estabilidade política no processo de pacificação em Moçambique?* Como resultado, concluiu-se que o diálogo no processo de pacificação e de Reconciliação para a garantia da paz em Moçambique, não tem sido permanente desde 1992, altura da assinatura do AGP, existiram lacunas na gestão da paz, por causa da falta de diálogo permanente por parte dos assinantes. Apesar desta ruptura na criação de espaços para o diálogo em Moçambique, o diálogo demonstrou ser o mecanismo eficaz e eficiente para a resolução de conflitos, particularmente para o fim da guerra dos 16 anos, que terminou graças ao diálogo.

Por um lado, pode-se depreender que os vencedores das eleições de 1994 concentraram as suas atenções no exercício do poder, o que era legítimo, porém, aquele exercício do poder político conquistado, não deu a devida continuidade da implementação do AGP, num momento em que ainda existiam muitas “feridas” abertas pela guerra, que careciam de uma atenção especial. Por outro lado, os vencidos, e com o isolamento político a que estiveram votados, ficaram “marginalizados” e impedidos de participar no processo de reconciliação nacional, bem como de reconstrução nacional.

Relativamente às falhas na implementação do AGP, constatou-se que, efectivamente, aspectos essenciais constantes do AGP não foram implementados, com destaque para o Protocolo IV, N° relativo aos assuntos militares. Contrariamente ao acordado, os militares da RENAMO integrados nas FADM não corresponderam aos 50%, para além de que em outros sectores de segurança do Estado os homens da RENAMO não foram integrados.

Em vários momentos, a RENAMO foi manifestando a sua insatisfação pelo facto de o Governo não ter cumprido com o acordado e não houve, pelo que se sabe, iniciativas

governamentais no sentido de corrigir os erros identificados na implementação do AGP. Pelo contrário, as falhas de implementação do AGP foram agravadas com reformas antecipadas dos militares da RENAMO que tinham integrado nas FADM. Este processo provou enorme descontentamento e fez com que se concluísse que o exército voltaria a responder apenas as ordens do partido governamental.

Para o segundo objectivo específico que era de avaliar a influência dos diferentes tipos de diálogo no processo da Reconciliação em Moçambique; para a medição deste objectivo, foi formulada a seguinte pergunta de pesquisa, *até que ponto os diferentes tipos de diálogo influenciam no processo de Pacificação e Reconciliação em Moçambique?* E como resultado conclui-se que, com a assinatura do AGP e, entrada em vigor da democracia multipartidária e pluralista através da Assembleia da República foram criados mais espaços de diálogo para a manutenção da paz e reconciliação Nacional, que se iniciou em 1994 com a realização das primeiras eleições presidenciais.

A Assembleia da República (AR) é o local, por excelência, onde os partidos políticos deviam promover a cultura de diálogo construtivo e reconciliação nacional. Todavia, nem sempre os partidos políticos com assento na AR têm transmitido mensagens positivas à sociedade, do ponto de vista de reconciliação nacional. A entrada do MDM na AR veio quebrar a bipartidarização do Parlamento moçambicano pela FRELIMO e pela RENAMO, embora estes continuem sendo os partidos mais influentes.

Outros sim, os processos de descentralização do poder, nomeadamente o processo de municipalização, têm criado espaço para a participação de novos actores políticos, concorrendo para a manutenção da paz e reconciliação nacional, através de uma maior participação política de diferentes partidos na busca do seu bem comum.

Assim, a medida em que os partidos políticos vão se alternando na gestão dos municípios aumentará o sentido de reconciliação, no sentido de que não há partidos pré-destinados para governar, qualquer um podem o fazer, desde que esteja bem preparado. Assim, poderá reduzir o sentimento de exclusão e reforçar-se-á o sentido de reconciliação nacional e todos temos espaço para exercer o poder.

A paz prevaleceu por mais de 20 anos e o diálogo nas suas diferentes vertentes (social, religiosa e política) jogou um papel importante. Os vários espaços (formal e informal) de governação política foram usados de uma forma positiva, mas isto não aconteceu sem dificuldades de várias ordens, sobretudo política.

Para o terceiro objectivo específico que era de analisar em que medida o diálogo Político do Centro Internacional da Conferência Joaquim Chissano pode alcançar consensos duradouros, para a mediação deste objectivo foi colocada a seguinte pergunta de pesquisa, *Em que medida o diálogo Político do Centro Internacional da Conferência Joaquim Chissano pode alcançar consensos duradouros? Como resultado concluiu-se* que o diálogo havido no Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano, pode-se afirmar que este teve mérito de, em primeiro plano, ter restabelecido o diálogo político entre dois actores políticos que assinaram o AGP. Em segundo plano, o diálogo teve mérito de ter sido conduzido por actores nacionais. Outrossim, do ponto de vista de assuntos a negociar, é importante sublinhar que não houve novos temas, os assuntos abordados e acordados já eram do domínio público e, a maior parte deles, decorriam das falhas da implementação do AGP.

Importa ressaltar que, enquanto os principais partidos políticos se aproximavam ou se distanciavam, ao nível das organizações da sociedade civil e da população no geral, o diálogo social e a reconciliação foi sempre presente, facto que justifica a não existência de animosidades ou conflitos violentos entre apoiantes de diferentes partidos políticos, exceptuando em momento de campanha eleitoral, onde sempre houve registo de casos isolados de violência entre apoiantes de partidos políticos.

A principal solução que o presente trabalho aponta para a superação dos obstáculos que se colocam na consolidação da paz em Moçambique é a institucionalização do diálogo aberto, franco e construtivo, para que todos moçambicanos possam participar activamente no desenvolvimento do país e tirar os devidos benefícios. O diálogo deve ser uma janela aberta, pronta para ventilar o ar da paz que ajude os moçambicanos a respirar e pensar unicamente e exclusivamente na paz. O diálogo, para que possa efectivamente ser o garante da paz e estabilidade em Moçambique, deverá ser sem estereótipos e, acima de tudo, deve ser integrativo, partindo da premissa de que todos buscam o mesmo fim, o bem-estar.

A consolidação da paz, a estabilidade política e social requerem a preservação do diálogo entre todas as forças vivas da sociedade, não apenas os principais partidos políticos, tendo em conta que em democracia o poder é do povo. É neste sentido que as elites dos partidos políticos devem agir sempre no interesse do povo, não apenas servir-se deste para ascender ao poder e realizar seus objectivos pessoais, mas, buscar o bem comum. Ao se conseguir buscar o bem comum, num contexto de paz, harmonia social e de desenvolvimento económico inclusivo, a democracia moçambicana poderá se fortificar e produzir uma paz efectiva.

A dissertação constatou que o conflito entre a RENAMO e o Governo Moçambicano não foi totalmente resolvido pelo AGP. Embora a fase violenta do conflito tenha terminado com a assinatura do AGP, algumas causas profundas do mesmo assim como o comportamento dos antigos adversários continuaram durante anos a criar condições para o retorno à violência, principalmente na questão do diálogo político. A questão política, económica e social ainda não satisfaz a RENAMO, principalmente aqueles que estiveram directamente envolvidos na guerra.

Constatou-se ainda que o diálogo é um instrumento importante para pacificação e reconciliação e garante a manutenção da paz. Mesmo quando as partes beligerantes se recusam a entrar no diálogo, o fim é último será o diálogo. Mesmo quando decorre a guerra, a partes beligerantes dialogam de forma directa ou indirecta, formal ou informal. Isto aconteceu em todas as guerras que aconteceram em Moçambique. Além disso, o diálogo demonstrou ser o mecanismo eficaz para a resolução de conflitos, particularmente para o fim da guerra dos 16 anos, pois, esta guerra não terminou com vitórias no campo de batalha, mas sim, na mesa de diálogo.

Constatou-se que o diálogo para a reconciliação, a Assembleia da República (AR) é o local, por excelência, onde os partidos políticos deviam promover a cultura de diálogo construtivo e reconciliação nacional. Todavia, nem sempre os partidos políticos com assento na AR, principalmente a RENAMO e a FRELIMO transmitiram mensagens positivas à sociedade, do ponto de vista de reconciliação nacional.

Ao longo da governação política democrática, a RENAMO e a FRELIMO estiveram nos municípios com outras forças políticas, mas também aqui, a reconciliação foi marcada por discursos pouco eficazes para a reconciliação nacional.

O diálogo para a reconciliação foi efectivo no seio das FADM, principalmente pela fórmula encontrada em que os ex-beligerantes partilharam as posições de comando. Além disso, também houve um diálogo efectivo para a reconciliação no seio da sociedade civil.

Em relação as FADM, as partes beligerantes mostraram que juntar na mesma instituição foi uma forma de forçar o diálogo para não retornarem a guerra. Esta foi uma forma de acomodar ou satisfazer as necessidades económicas e sociais de bem-estar, que serviu para prevenir que os ex-beligerantes retornassem a guerra. No entanto, este diálogo para a reconciliação também sofreu dificuldades, que não foram suficientes para as partes voltarem a guerra. A reconciliação foi efectiva até começar a surgir um forte sentimento de que o Governo da FRELIMO não só não se empenhou em levar avante um processo genuíno de reconciliação nacional e de inclusão social e política dos ex-guerrilheiros, como também levou a RENAMO a nutrir um sentimento de que o Governo da FRELIMO não estava interessado em dialogar com a RENAMO. Esta opinião foi desenvolvida, principalmente pelos entrevistados.

Em vários momentos, a RENAMO foi manifestando a sua insatisfação pelo facto de o Governo não ter cumprido com o acordado e não houve iniciativas governamentais no sentido de corrigir os erros identificados na implementação do AGP. Pelo contrário, as falhas de implementação do AGP foram agravadas com reformas antecipadas, em 2008, dos militares provenientes da RENAMO que tinham integrado nas FADM. Este processo provou enorme descontentamento e fez com que se concluísse que o exército voltaria a responder apenas as ordens do partido governamental.

6-RECOMENDAÇÕES

- Que o governo crie um fundo para a reintegração dos ex-militares da Renamo do ponto de vista sócio-económico;
- Que se intensifique a promoção da cultura do diálogo permanente em todas dimensões da governação política do País;
- Que se invista mais no diálogo para a reconciliação entre os moçambicanos para evitar o surgimento de conflitos;
- Que se adoptem métodos mais criativos de reconciliação entre as partes em conflito e a sociedade, através da criação de instituições responsáveis para a gestão dos acordos assinados em 1992.

- Os signatários do AGP devem procurar resolver as suas diferenças na base no diálogo como uma solução pacífica, abstendo de recorrer aos métodos de violência militar

- As negociações em curso no CCIJC devem ser integrativas, no sentido de que o acordo final a ser concluído entre as duas partes, corresponda aos interesses de ambos lados (*win-win*), evitando a percepção de que uma das partes tirou mais benefícios que a outra (*win-lose*);

- Que haja uma boa gestão da coisa pública, através do uso responsável dos recursos estatais para evitar o surgimento de convulsões sociais;

- O fortalecimento da independência das instituições, sobretudo as de justiça, é um dos aspectos fundamentais para que se crie a confiança mútua entre as partes, isto para além da tão óbvia e já conhecida necessidade de desarmamento da Renamo, como forma de dar valor o papel das instituições democráticas na resolução dos diferendos.

- Que se aposte no diálogo contínuo e aberto entre o Governo e RENAMO de forma a se reduzir o nível de desconfiança mútua.

7-BIBLIOGRAFIA

1. ABRAHAMSSON, H. e NILSSON, A. (1994). **Moçambique em Transição: Um estudo da Historia de desenvolvimento durante o período, 1974-1992**. Maputo: Padriгу.
2. ABRAMO (2009). **Dialogo social para ampliar cultura democrática mo Brasil**.
3. ANDREW, R (2001): *Justice and Reconciliation after the violence*. London: Lynne Rienner.
4. ARENDT, H (1999): **A Condição Humana**, 7a , Ed. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro. Forense Universitaria.
5. BOHM, D & PETER, G (1991). **Factor and Garrett, Dialogue as a proposal. London**
6. BOHM, D (1996): **Dialogue in Public Peace Process**. London, Routledge
7. BOHM, D. (1988). **Totalidade e a ordem implicada: Uma nova percepção da realidade**. São Paulo: Cultrix.8
8. BOUENE, F. (2005) **Moçambique: 30 anos de Independência**, Centro de estudos Africanos da Universidade de Porto. n° 8. áfrica studies.
9. BRECKE, P (2003): **war and reconciliation: reason and emotion in conflict resolution**. cambridge
10. BRITO e tal (2003): **Uma avaliação do potencial de conflito**. Centro de estudos de população da universidade Eduardo Mondlane.
11. BUBER, M (1971): **entre homem e homem**. Nova Yorque: the MacMillan company.
12. BUBER, M. (1979). **Eu e Tu**. Von Zuben. 2ªed. São Paulo: Cortez e Moraes.
13. BURTON, J. (1987). **Resolving Deep-rooted Conflicts: A handbook**, Lanham London: University Press of America.
14. CHIZZOTTI, A (2008): **Pesquisa em ciências humanas sociais**. 9ª Ed. São Paulo: Cortez.
15. CUENTA ET AL (2007): **Practical guide on democratic dialogue**.
16. CUENTAS, M. A e MENDEZ, A. L.(2013). **Peace building on Democratic Dialogue**. Guatemala.

17. DONNA E PANKHURST (1999). **Issue of justice and reconciliation in complex political emergencies**: conceptualizing reconciliation, justice and peace, in third world quarterly.
18. ESQUITH, S. (1996). **Political Dialogue**: theory and Practices. Amsterdam-Astanta: Rodopi.
19. FERREIRA, A (1995): **Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa**, são Paulo.
20. FERREIRA, P.M. (2005). **Justiça e Reconciliação pos- conflito em África**: Cadernos de Estudos Africanos, nº 7-8. Lisboa.
21. FLORISTAN, C. e TAMAYO, J. J.(1993). **Conceptos Fundamentales del Cristianismo**. Madrid: Trotta.
22. FORQUILHA, S., 2009. “**Remendo novo em pano velho: O impacto das reformas de descentralização no processo de governação local em Moçambique**”, in Brito et al, *Cidadania e Governação em Moçambique*, Maputo, IESE6.
23. FREDERICKSON, H. G. e SMITH, K. B.(2003). **The Public Administration Theory Primer**. Calado: Westview Press.
24. GALTUNG, J. (1998). **After Violence: 3R, Reconstruction, Reconciliation e Resolution**. Coping With visible and invisible effects of War and Violence.
25. GIL, A. C.(1999). **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5ªed. São Paulo: Atlas.
26. HAMBERG, B. e VAN, H.(1998).”**What is this thing called reconciliation?**” Paper presented at the Goedgedacht Forum after the and Reconciliation Commission.
27. HUGHES, O. E. (2003). **Public Management & Administration: An Introduction**. London: Palgrave Macmillan.
28. ISAACS, W. (1993). **The dialogue project annual report**. Available at www.Solonline.org
29. ISAACS, W. (1999). **Dialogue and the art together: a pioneering approach to communicating in business and in life**. New York: Doubleday.
30. KETTL, D. F.(2005). **The Global Public Management Revolution**. 2ªed. Washington: Brookings Institution Press.
31. KJAER, M. (2004). **Governance. Massachusetts**: Polity Press.

32. KOLIBA, C.; MEEK, J. e ZIA, A. (2011). **Governance networks in Public Administration and Public Policy**. Boca Raton: CRC Press.
33. LAKATOS, E. M.(1993). **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3ª ed. São Paulo: editora atlas.
34. LEDERECH, J. (1997). **Building Peace: Sustainable Reconciliation in divided societies**. United States Institute of Peace.
35. MACUANE, J (2013). **Estudos de base: Diálogo político e social entre os actores não-estatais e autoridades públicas**.
36. MARCONI, M. A e LAKATOS, E. M (2010). **Fundamentos da Metodologia e Científica**. 7ª ed. São Paulo: Atlas.
37. MARIOTTI, H. (2000). **As Paixões e Ego: complexidade, política e solidariedade**. São Paulo: Palas athenas
38. MARY, M (2004): the basket case and the post child: explain the end of civil conflicts in Liberia and Mozambique, in the world quarterly.
39. MATIAS, P. J. (2009). **Curso de Administração Pública: Foco nas Instituições e acções Governamentais**. 2ªed. São Paulo: Atlas.
40. MERWE, V & HAMBER, B (1998): **what is the thing called reconciliation**.
41. MINTER, William (1989) **os contras do Apartheid. As Raízes da guerra em Angola e Moçambique**. Maputo: arquivo histórico de Moçambique.
42. MOSCA JOÃO (2005) **A economia de Moçambique**. Instituto Piaget.
43. NAZARETH, J. M.(2004). **Demografia. A Ciência da População**. Editorial presença. Lisboa.
44. OBERG, (1996): **“Conflict Mitigation in Reconstruction and Development.” Peace and Conflict Studies**, Vol. 3, No. 2
45. ODENDAAL, A (2011): **Structures for building peace at the local level**. Washington DC
46. OLIVEIRA, P.(2006). **RENAMO: Uma descida ao coração das trevas**. Lisboa: Europress.
47. PAUL, L (1997): **Building Peace: suistanable reconciliation in divided societies**. Washington, DC, United State Institute Peace.

48. PAVIA, J. F. (2000). **Economia e Política: Moçambique e as Instituições de Bretton Woods**. Lisboa.
49. PRUIT, B. and THOMAS, P. (2007). **Democratic Dialogue: A handbook for Practitioners**. Washington, DC: GS/OAS.
50. PRUITT E THOMAS (2006). **Diálogo democrático – um manual para praticantes**. Nova York.
51. RAMA, M (2002): *Beyonde Retribution: Seeking Justice in the shadows of war*. Cambridge and Malden, Mass: Polity Press and Blackwell.
52. RODRIGUES, J.C.(2006). **Anatomia de um processo de Paz Moçambicano: Contributo para verdade**. Lisboa: ACD.
53. ROSENAU (1995): **Governance in twenty-firts-century: in global governance. A review of multilateralism and international organizations**.
54. SAUNDERS, H (2003): Sustained dialogue in managing intractable conflict.
55. SAUNDERS, H. (1999). **A Public Peace Process: Sustainable Dialogue to Transform Racial and Ethnic Conflicts**. New York.
56. SLOMKI, V. ET all (2008). **Governança corporativa e governação na gestão pública**. São Paulo: editora atlas.
57. SMITH, M. e UMBREIT, M. (2005). **Guide to Arabe/Palestian/Jewish**. University of Minnesota.
58. VAN BRABANT, K (2011): **dialogo internacional sobre a construção da paz e construção do Estado**. Genebra, Bruxelas.
59. VELOSO, J. (2006). **Memórias em voo rasante**. António José Correia (ed.) Maputo.
60. VINES, A. (1996). **RENAMO: From terrorism to democracy in Mozambique**. 2^a ed. London: Center for South African Studies University of York.
61. ZUBEN, N (1979): **Introdução a Dialogo**. São Paulo.

Documentos Normativos:

1. Lei 13/92, Boletim da Republica serie I, n° 42 2 ° suplemento de 14 de Outubro de 1992 Documento que publica o AGP assinado em 1992 em Roma
2. Acordo de Nkomati, República Popular de Moçambique, 1984

Documentos Consultados

1. AFIMARP e OSISA (2009): *Moçambique: democracia e participação política*. Disponível em: <http://www.afrimap.org/ReportDownload/Mozambique>
2. FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE E ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, (1997) Relatório. Maputo: Seminário sobre a criança afectada pela guerra.
3. MOÇAMBIQUE. INE. Terceiro Recenseamento Geral da População e Habitação, 2007. Maputo.
4. MOÇAMBIQUE. Informação Anual do Chefe do Estado (2013). *Unidade Nacional, Paz e Democracia: Sua consolidação como factores para desenvolvimento nacional*. Maputo.
5. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. (2008) Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral (SARDC). Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano de Moçambique 2008. *O papel das tecnologias de informação e comunicação na realização dos objectivos de desenvolvimento do milénio*. Maputo.
6. UNFPA (2009). *State of World Population Facing a Changing World: Women, Population and Climate*. Editorial: Triana D`Orazio.
7. Jornal Noticia No 28357 do dia 10 de Dezembro de 2011.
8. Jornal Noticia N° 28469, do dia 20 de Abril de 2012.
9. Jornal Noticia N° 28471 do dia 23 de Abril de 2012.
10. Jornal Noticia No 29115 do dia 23 de 05 de 2014.

APÊNDICES

Guião de entrevista nº 1

Este guião tem como objectivo fundamental recolher informações sobre a importância do diálogo no processo de pacificação e reconciliação em governação política: casos de Moçambique no período de 1992-2013 e, tem como público-alvo os membros participantes das negociações do AGP e os membros do governo. As respostas serão confidências e a sua publicação dependerá da vontade do entrevistado, agradeço desde já a sua colaboração.

Secção I (Identificação do entrevistado)

Nome.....	Idade.....	Sexo.....
Local de residência.....	Profissão.....	

1. Já ouviu falar de diálogo e reconciliação em Moçambique?

a) Se sim, qual tem sido o contributo destas duas palavras para a manutenção da paz no país?

2. Como é que os diferentes tipos de diálogo e espaços criados podem contribuir para a manutenção da paz efectiva em Moçambique?

3. Conseguida a pacificação através do diálogo, Moçambique seguiu-se a fase da reconciliação em varios aspectos.

a) Até que ponto essa reconciliação foi efectiva?

4. O Acordo Geral de Paz (AGP) resultou do entendimento entre o Governo e a Renamo. Esse entendimento foi alcançado através de um longo processo de diálogo.

a) Acha que algo falhou na implementação deste documento?

– Se sim, o quê e porquê ?

5. Existe uma percepção de que as partes beligerantes que assinaram o AGP ainda não se Reconciliaram. Concorda?

Se Sim ! diga porque.

6-De que forma pode se ultrapassar a situação que mina a estabilidade política do país ?

7-O Diálogo pode ser entendido como meio alternativo para a pacificação de um país vindo duma guerra.

a) Acha que o dialogo esteve presente para a pacificação durante cerca de duas décadas após AGP?

b) Como avalia o dialogo nessa altura ?

8-Entende-se o diálogo como sendo um instrumento eficaz para a pacificação de conflitos e manutenção da paz.

a) Que leitura faz sobre o diálogo do actual conflito no país ?

9- Será que o diálogo político em curso no C.C.I.J.C, busca discutir assuntos que contribuam para a pacificação e reconciliação no país ?

Guião de entrevista n.º 2

Este guião tem como objectivo fundamental recolher informações sobre a importância do diálogo no processo de pacificação e reconciliação em governação política: casos de Moçambique no período de 1992-2013 e, tem como público-alvo os membros da sociedade civil. As respostas serão confidências e a sua publicação dependerá da vontade do entrevistado, agradeço desde já a sua colaboração.

Secção I (Identificação do entrevistado)

Nome.....	Idade.....	Sexo.....
Local de residência.....	Profissão.....	

Secção II (Questões)

1. Qual é o estágio actual do diálogo no processo da pacificação, reconciliação e manutenção da paz no país?
2. Será que o diálogo político em curso no C.C.I.J.C busca discutir assuntos que contribuam para a pacificação e reconciliação no país?
3. Até que ponto a reconciliação em Moçambique foi efectiva?
4. Como académico, político ou religioso. Acha que existe espaços para Pacificação e reconciliação em Moçambique
5. Que elementos sustentam o Diálogo permanente? Que elementos sustentam a ausência de Dialogo?
6. O que falhou na implementação do AGP?
7. Como é que os diferentes tipos de diálogo contribuem para a pacificação e reconciliação para a paz em Moçambique?

Lista de entrevistados

Nº	Nome do entrevistado	Função	Local e data
1	Raúl Domingos	Chefe da delegação da RENAMO nas negociações de Roma	Maputo, ao 25 de Maio de 2014
2	Aguiar Mazula	Membro da delegação do Governo no AGP	Maputo, ao 18 de Maio de 2014
3	José Abel Jonaze	Participante do Governo no AGP	12 de Maio de 2014
4	Rev. Marcos Macamo	Membro do Conselho Cristã	28 de Julho de 2014
5	Aly Jamal	Académico e docente do ISRI	11 de Agosto de 2014
6	António Hama Thai	Deputado da Assembleia da República	12 de Agosto de 2014
7	Arnaldo Francisco Chalaua	Deputado da Assembleia da República	25 de Agosto de 2014
8	David Munongoro	Brigadeiro das FADM na reserva	Quelimane, 21 de Agosto de 2014
9	Olga Salifa Nias Mabota	Cidadã e funcionária do MISAU	Maputo, 28 de Agosto de 2014
10	Yacub Sibindy	Político e Extra-Parlamental	Maputo, 18 de Agosto de 2014
11	Rodrigues António	Cidadã e Professor da Escola Sec. de Gôndola	Manica, 20 de Maio 2014
12	Moises Mavaringana	Jurista da Beira	Beira, 13 de Agosto de 2014
13	João Mutungamire	Cristão- ex-mambo da troca enxada com armas	Muxúngue, 16 de Julho de 2014

ANEXOS

Anexo 1

Anexo 2

Anexo 3